

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

THAYS IZABEL DA SILVA

**PANORAMA DOS PROJETOS CADASTRADOS EM UMA FUNDAÇÃO DE APOIO
DE UMA IES VOLTADOS PARA AS ÁREAS AMBIENTAL, SOCIAL E
SUSTENTÁVEL**

**FLORIANÓPOLIS
2015**

THAYS IZABEL DA SILVA

**PANORAMA DOS PROJETOS CADASTRADOS EM UMA FUNDAÇÃO DE APOIO
DE UMA IES VOLTADOS PARA AS ÁREAS AMBIENTAL, SOCIAL E
SUSTENTÁVEL**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Denize Henrique Casagrande

**FLORIANÓPOLIS
2015**

THAYS IZABEL DA SILVA

**PANORAMA DOS PROJETOS CADASTRADOS EM UMA FUNDAÇÃO DE APOIO
DE UMA IES VOLTADOS PARA AS ÁREAS AMBIENTAL, SOCIAL E
SUSTENTÁVEL**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Professor Marcelo Haendchen Dutra, Dr.
Coordenador de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca:

Prof^a Dra. Maria Denize Henrique Casagrande
Orientadora

Elisete Dahmer Pfitscher

Sandro Vieira Soares

Florianópolis, 12 de junho de 2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e pelas oportunidades que colocou em meu caminho.

Aos meus pais e minhas irmãs, por serem responsáveis pela formação que tenho hoje e por participarem ativamente da minha vida.

Aos colegas e amigos conquistados na Universidade, na qual eu compartilhei momentos de angústia, alegria e principalmente as festas.

A Fundação de Apoio que permitiu a construção deste estudo, e aos colegas de trabalho que sempre acreditaram que este trabalho seria finalizado.

À minha orientadora do TCC, prof.^a Dra. Maria Denize Henrique Casagrande, pela ajuda e apoio.

Aos professores, por compartilharem seus conhecimentos e auxiliarem na minha formação.

RESUMO

SILVA, Thays Izabel da. **Panorama dos projetos de ensino, pesquisa e extensão de uma Fundação de Apoio de uma IES voltados para a área ambiental, social e sustentável.** 2015. 65. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2015.

Este estudo tem como objetivo geral verificar, do total de projetos gerenciados por uma Fundação de Apoio de uma IES, quantos destes apresentam como escopo as áreas ambiental, social e sustentável. Para atender este objetivo o estudo apresenta os seguintes objetivos específicos: levantar o número de projetos cadastrados em uma Fundação de Apoio de uma IES nos anos de 2013 e 2014; classificar os projetos em ambiental, social e sustentável, e comparar entre os anos de 2013 e 2014 se houve crescimento na quantidade de projetos cadastrados nestas áreas; verificar quais departamentos estão mais envolvidos com o tema em questão. Quanto a abordagem do problema trata-se de uma pesquisa qualitativa onde foi empregada a análise bibliográfica. O estudo apresenta como objeto a pesquisa descritiva. Quanto à trajetória metodológica o estudo divide-se em três fases. A primeira fase refere-se a fundamentação teórica, onde foram abordados os assuntos terceiro setor, fundação, Fundação de Apoio, sustentabilidade e responsabilidade social; a segunda fase fala sobre a Fundação de Apoio estudada e a análise dos dados; a terceira fase traz as conclusões e sugestões para trabalhos futuros. O estudo mostrou que a grande maioria dos projetos cadastrados na Fundação de Apoio partem dos Departamentos que constituem a IES em que a mesma está localizada, mas que não são todos os Departamentos que elaboram e cadastram projetos. Quanto as áreas ambiental, social e sustentável, elas apresentam uma proporção de 39,03% do total de projetos cadastrados no ano de 2013 e 30,36% no ano de 2014, sendo que a área social se destaca sobre as demais. Comparando a ano de 2014 com o ano de 2013 percebe-se um decréscimo no registro de projetos em ambas as áreas.

Palavras-chave: Projetos. Fundação de Apoio. Ambiental. Social. Sustentável.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitos de responsabilidade social.....	35
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Comparação entre os projetos cadastrados em 2013 nas áreas ambiental, social e sustentável	51
Gráfico 2 - Comparação entre os projetos cadastrados em 2014 nas áreas ambiental, social e sustentável	52
Gráfico 3 - Comparação entre os projetos cadastrados em 2013 e 2014 nas áreas ambiental, social e sustentável.....	52
Gráfico 4 - Comparação entre os projetos cadastrados em 2013 e 2014 na área ambiental	53
Gráfico 5 - Comparação entre os projetos cadastrados em 2013 e 2014 na área social.	53
Gráfico 6 - Comparação entre os projetos cadastrados em 2013 e 2014 na área sustentável	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de projetos cadastrados da Fundação de Apoio estudada, considerando toda a estrutura da IES.....	40
Tabela 2 - Total de projetos cadastrados por Departamento	41
Tabela 3 - Departamentos com mais projetos cadastrados.....	43
Tabela 4 - Departamentos crescentes e decrescente no cadastro de projetos do ano de 2013 para o ano de 2014.....	44
Tabela 5 - Total de projetos cadastrados por Centro de Ensino	44
Tabela 6 - Projetos voltados para as áreas ambiental, social e sustentável nos anos de 2013 e 2014 por Departamento	45
Tabela 7 - Projetos voltados para a área ambiental nos anos de 2013 e 2014 por Departamento.....	47
Tabela 8 - Projetos voltados para a área social nos anos de 2013 e 2014 por Departamento.....	48
Tabela 9 - Projetos voltados para a área sustentável nos anos de 2013 e 2014 por Departamento.....	49
Tabela 10 - Projetos voltados para as áreas social, ambiental e sustentável nos anos de 2013 e 2014 por Centro de Ensino	50
Tabela 11 - Proporção de projetos cadastrados nas áreas ambiental, social e sustentável sobre os projetos cadastrados nos anos de 2013 e 2014.....	54

LISTA DE ABREVIATURAS

CC – Código Civil

CF – Constituição Federal

IES – Instituição de Ensino Superior

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

MP – Ministério Público

ONG – Organização Não Governamental

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Tema e problema	12
1.2 Objetivos	13
1.2.1 Objetivo geral.....	13
1.2.2 Objetivos específicos.....	13
1.3 Metodologia	14
1.4 Justificativa	15
1.5 Limitação da pesquisa.....	16
1.6 Organização do trabalho	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 Terceiro setor	18
2.2 Fundação	22
2.3 Fundação de Apoio	23
2.4 Sustentabilidade	27
2.5 Responsabilidade social.....	32
3 ANÁLISE DOS RESULTADOS	38
3.1 Breve histórico da Fundação de Apoio estudada.....	38
3.2 Análise dos resultados obtidos.....	39
4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	56
4.1 Conclusões quanto aos objetivos	56
4.2 Sugestões para trabalhos futuros.....	58
REFERÊNCIAS	59
ANEXOS	64

1 INTRODUÇÃO

A sociedade vive hoje no sistema capitalista. Esse modelo econômico é focado no esforço das pessoas em trabalhar para aumentar a produção das empresas e gerar riquezas através da troca de bens. Através desse processo uma parte da população atinge uma qualidade de vida melhor, enquanto outra parcela, a maior, não se beneficia com as riquezas geradas.

Para que o aumento da produção aconteça é necessário adquirir matéria-prima que é retirada da natureza, e aumentar a quantidade de mão de obra através da contratação de pessoas.

Até pouco tempo atrás as empresas não precisavam se preocupar com as consequências dessas necessidades pois não existia, por parte da sociedade, uma cobrança pela melhora da qualidade de vida e preservação do meio ambiente. Não era necessário ter iniciativas para diminuir a degradação da natureza e recuperar as áreas verdes. Também não existia a preocupação com o bem estar dos funcionários das organizações em geral ou com a sociedade.

De acordo com Magalhães (2008) este cenário começou a mudar na década de 60, com o surgimento de movimentos sociais pelo mundo que moldam hoje o pensamento da humanidade. Os indivíduos se tornam mais conscientes formando uma sociedade capaz de se organizar na busca de uma melhora na qualidade de vida.

O Estado é o principal responsável por fornecer para a população os serviços básicos para garantir sua subsistência. Devido ao aumento das exigências e das mudanças de cenários que estão ocorrendo ao longo dos anos, esta Entidade está encontrando dificuldades em atender as necessidades encontradas pela sociedade.

Como o Governo não consegue atender as expectativas da população, esta começa a se organizar em grupos com o objetivo de auxiliar aquele a atingir melhores resultados nas áreas que apresentam deficiência. Essa organização da sociedade civil faz com que ocorra o surgimento do terceiro setor.

Para atuar o terceiro setor capta recursos do Estado ou de empresas diversas, e com estes valores promove “o bem estar social através de ações assistenciais, culturais e de promoção da cidadania” (NUNES, 2006, p. 25).

Dentre as organizações que formam o terceiro setor estão as associações, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada. Este trabalho tem como foco as Fundações de Apoio presentes nas Instituições de Ensino Superior.

As Fundações de Apoio estão dentro das Universidades e apoiam projetos elaborados pela comunidade acadêmica. De acordo com Silveira (2007) elas proporcionam que os estudos sobre as ciências conhecidas e desenvolvidas no dia de hoje sejam ampliados e aprofundados, permitindo que o ser humano utilize este conhecimento científico para melhorar sua qualidade de vida.

Uma das formas de melhorar a qualidade de vida da população é criar projetos que visem recuperar áreas ambientais perdidas e garantir a manutenção das que restam. É importante também criar projetos que possam divulgar informações que melhorem a qualidade de vida da comunidade onde a Universidade está inserida.

1.1 Tema e problema

As Universidades “são responsáveis por desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão” (SILVEIRA, 2007, p. 1). O art. 43 da Lei 9.394/96 conhecida como LDB diz que são finalidades das Universidades:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Os projetos elaborados e executados dentro das IES permitem uma visão crítica e reflexiva sobre o mundo; profissionais aptos para atuarem no mercado de trabalho; desenvolvimento científico e tecnológico com propagação da cultura; divulgação dos conhecimentos produzidos dentro da Universidade; interação com a comunidade seja

através da prestação de serviço ou da propagação dos conhecimentos e benefícios gerados.

Nas condições atuais pode-se citar três áreas que devem receber especial atenção, as áreas ambiental, social e sustentável. Com a intervenção humana sobre o meio ambiente, a busca por lucros imposta pelo sistema capitalista, a falta de informação sobre estes assuntos e as alterações discutidas diariamente das mudanças ambientais, percebe-se a necessidade de procurar meios de recuperar áreas que foram degradadas, educar a população e procurar alternativas para as grandes organizações minimizarem suas atuações de devastação da natureza. Isso permite atender também os seres humanos que são vítimas desse processo.

É necessário criar métodos eficazes que possibilitem a utilização de matéria-prima sem o desgaste do meio ambiente, além de educar a população sobre como é possível, em tarefas diárias, auxiliar este trabalho de recuperação. Além das ações que devem surgir na área ambiental, as Universidades devem se preocupar também com programas de orientação, educação e auxílio para a sociedade. Assim, este trabalho visa responder:

Qual o panorama dos projetos cadastrados em uma Fundação de Apoio de uma IES voltados para as áreas ambiental, social e sustentável?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Verificar, do total de projetos gerenciados por uma Fundação de Apoio de uma IES, quantos destes apresentam como escopo as áreas ambiental, social e sustentável.

1.2.2 Objetivos específicos

- Levantar o número de projetos cadastrados em uma Fundação de Apoio de uma IES nos anos de 2013 e 2014;
- Classificar os projetos em ambiental, social e sustentável, e comparar entre os anos de 2013 e 2014 se houve crescimento na quantidade de projetos cadastrados nestas áreas;
- Verificar quais departamentos estão mais envolvidos com o tema em questão.

1.3 Metodologia

O Trabalho de Conclusão de Curso é um trabalho científico que visa, segundo Severino (2008), a construção do conhecimento científico. Este tipo de trabalho exige a utilização de procedimentos metodológicos que, de acordo com Raupp e Beuren (2003), delimitam o trabalho e definem os planos e as estruturas que vão auxiliar o pesquisador a buscar as respostas para os problemas do estudo.

Quanto ao objetivo do trabalho, o mesmo apresenta característica descritiva. Segundo Migliato et al (2010, p. 18), a pesquisa descritiva “relaciona-se com a coleta de dados a fim de descrever as características de uma população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre as variáveis”.

Sobre a pesquisa descritiva Raupp e Beuren (2003, p. 81) ainda falam que:

A pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira e nem tão aprofundada como a segunda. Nesse contexto, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos.

Com relação à abordagem o estudo apresenta o método qualitativo. De acordo com Richardson (1999), esse tipo de abordagem não utiliza métodos estatísticos para realizar a análise de um problema. A pesquisa foi realizada através da interpretação dos dados coletados para chegar aos resultados desejados e com isso atingir os objetivos do estudo.

Com relação ao procedimento técnico foi utilizado a pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (2007) a pesquisa bibliográfica é baseada em estudos já elaborados e divulgados em livros, artigos científicos, cadernos e revistas.

Para a elaboração deste trabalho teve-se a trajetória metodológica separada em três fases. A primeira refere-se a fundamentação teórica com a abordagem dos assuntos que fazem parte deste trabalho. Os temas abordados nesta fase foram: terceiro setor, fundação, Fundação de Apoio, sustentabilidade e responsabilidade social.

Na sequência são apresentadas as análises realizadas sobre os dados coletados na Fundação de Apoio estudada. Foram analisados os projetos cadastrados nos anos de 2013 e 2014. Foi levada em consideração durante a análise o título do projeto e seus objetivos. A partir destas informações os projetos foram separados nas áreas ambiental, social e sustentável. Aqueles que não se encaixaram em nenhuma das áreas foi

desconsiderado. Os projetos que apresentaram mais de uma área em seu objetivo foram classificados em ambas as áreas. Foi feito também um levantamento dos setores que formam a IES na qual está localizada a Fundação de Apoio estudada sendo considerado para o estudo os projetos elaborados pelos Departamentos.

A terceira e última fase compreende as conclusões feitas acerca das análises realizadas e visam verificar se os objetivos específicos foram respondidos, e são apresentadas sugestões para trabalhos futuros.

1.4 Justificativa

O crescimento populacional e o aumento dos produtos ofertados pelas indústrias fazem com que as necessidades por matéria-prima aumentem e espaços verdes sejam diminuídos. A exploração mineral e a ocupação populacional estão mudando o meio ambiente. Os meios de comunicação mostram que muitos lugares já não tem água potável, chuvas alagam facilmente cidades com grandes populações, rios estão cada vez mais poluídos, quedas de energia elétrica afetam a população, cada vez mais gás carbônico é jogado na atmosfera, entre outros acontecimentos.

A Universidade deve acompanhar as mudanças e transformações que o mundo enfrenta. Além de formar profissionais aptos para atuarem no mercado de trabalho, elas devem criar cidadãos que tenham visão crítica para atuarem na busca de um mundo melhor para se viver. A Universidade não deve ser vista como uma Instituição de Ensino Superior e sim um local de formação “associada com a investigação científica, com o desenvolvimento cultural e científico, voltados para os problemas nacionais ou regionais”. (MENEZES, 2001, apud ASSIS E BONIFÁCIO, 2011, p. 38)

Com o exposto, esta pesquisa surgiu devido à curiosidade em saber se o corpo docente, discente e a comunidade acadêmica em geral estão engajados em pesquisar soluções para os problemas ambientais. Além disso, existe o interesse em saber se os projetos elaborados visam criar programas para atender e educar a população em suas necessidades básicas, auxiliando desta forma na preservação do meio ambiente.

Como as consequências das ações de destruição ao meio ambiente afetam não só a vida humana, mas toda a biodiversidade existente, é necessário criar mecanismos para que se associe o desenvolvimento econômico com a preservação e recuperação ambiental.

É fundamental também que os projetos elaborados dentro das Universidades atendam a população. Além da conscientização ambiental, é necessário que sejam atendidas necessidades básicas através de propagação de informação, educação e melhorias em pesquisas já existentes.

Além do exposto anteriormente, este estudo visa auxiliar no desenvolvimento dos projetos FAPESC e OBEDUSC que procuram avaliar, criar e melhorar a gestão de sustentabilidade nas Instituições Federais de Ensino.

1.5 Limitação da pesquisa

Esta pesquisa tem por objetivo analisar os projetos que foram cadastrados no ano de 2013 e 2014 em uma Fundação de Apoio de uma IES. O intuito é levantar dentre os projetos aqueles que abordam as áreas ambiental, social e sustentável.

A primeira limitação encontrada é referente a questão que dentro da Universidade na qual está inserida a Fundação de Apoio pesquisada existem outras fundações com a mesma finalidade. Sendo assim, os resultados não refletem o que ocorre com relação a todos os projetos elaborados pela IES.

Os dados analisados no estudo foram fornecidos pela própria Fundação de Apoio. Sendo assim, outra limitação é que a análise não foi realizada com base nos contratos e sim em informações que constam em cadastro no sistema da referida Instituição. Desta forma, algumas informações relevantes podem ter sido perdidas.

Mais uma limitação encontrada é o fato de não ser realizada a pesquisa bibliográfica em conjunto com a pesquisa de campo. Sem esta união não é possível saber se o que foi apresentado como objetivo do projeto está sendo realmente realizado ou aplicado.

1.6 Organização do trabalho

Este estudo está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo refere-se aos tópicos que conduzem a pesquisa. Inicialmente é realizada a introdução do trabalho, seguido pela apresentação do tema, do problema, do objetivo geral e dos objetivos específicos. Na sequência são destacadas as justificativas, relevância do estudo, limitações e por fim, a organização do trabalho.

No segundo capítulo é apresentada a fundamentação teórica que serviu de base para a realização da pesquisa. Foram citados alguns autores que escrevem sobre o terceiro setor, as fundações, as Fundações de Apoio, a responsabilidade social e a sustentabilidade.

No terceiro capítulo é feita uma apresentação do histórico da Fundação de Apoio analisada, bem como os dados obtidos sobre os projetos cadastrados na referida fundação.

No quarto e último capítulo são apresentadas as considerações finais sobre o estudo e as sugestões para trabalhos futuros. Por fim tem-se as referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Terceiro setor

Devido às mudanças ocorridas no cenário mundial nos últimos anos, o Governo vem encontrando dificuldades em atender as necessidades da população nas mais diversas áreas. A “ineficiência do Estado e uma série de fatores econômicos mundiais tem levado a sociedade civil a buscar soluções próprias” (PAIVA, 2007, p. 28).

Esta busca por soluções para suprir as ineficiências atuais faz com que a sociedade se organize, por iniciativa própria, de forma a auxiliar o Governo no gerenciamento dos problemas e atendimento das necessidades da população. Assim são formadas, redes e alianças que se mobilizam, segundo Santos (2005, p. 13):

Para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente e da biodiversidade, o desemprego, as violações dos direitos humanos, as pandemias, os ódios interétnicos.

Estas redes e alianças se organizam e trabalham para buscar o bem estar social. Elas procuram melhorar a qualidade de vida da população através de investimentos em áreas de necessidades básicas como segurança, educação, lazer, saúde, entre outros. Estas organizações, que priorizam o desenvolvimento social, fazem parte do chamado terceiro setor.

Assim a sociedade civil brasileira acaba dividida em primeiro, segundo e terceiro setor. O primeiro setor é representado pelo Governo, o segundo setor é representado por empresas privadas e o terceiro setor é representado por entidades sem fins lucrativos. A finalidade do Estado é:

Promover o atendimento às demandas públicas, como saúde, educação e segurança. Tais atividades são mantidas através da arrecadação tributária e, em tese, visam como resultado o bem-estar de toda a sociedade. (PAIVA; LAFFIN, 2004, p. 13).

Já o segundo setor, representado pelas empresas privadas, tem a sua constituição com a finalidade marcada “pela obtenção de lucro sobre o capital investido. O resultado esperado (lucro) decorre das atividades operacionais, por meio da venda de bens, serviços e produtos múltiplos”. (PAIVA; LAFFIN, 2004, p. 13).

Por fim, o terceiro setor é caracterizado “como aquele organizado a partir de iniciativas da própria sociedade civil”. (PAIVA; LAFFIN, 2004, p. 13).

Ferrarezi (2001, apud SILVA, 2010, 1316) diz que no debate realizado no Governo Federal por vários Ministros ficou definido os seguintes conceitos sobre o terceiro setor:

(a) o *papel estratégico do terceiro setor*, diante da capacidade de suas organizações para gerar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar recursos necessários ao desenvolvimento social nacional; (b) a *mudança do marco legal*, necessária para o fortalecimento do setor; (c) a *abrangência do terceiro setor*, demandando um entendimento mais amplo sobre o escopo das organizações que o comporiam; (d) *transparência e responsabilidade*, buscando instituir mecanismos de transparência e de responsabilização das organizações; (e) *modelos de financiamento*, buscando ampliar as isenções fiscais aos doadores, bem como o estabelecimento de novos mecanismos de transferência de recursos com Estado; e (f) *regulamentação do voluntariado*, tendo em vista que a cada dia mais cidadãos se engajam em atividades dessa natureza, bem como as organizações demandariam mecanismos que as protegessem de eventuais causas trabalhistas.

Sobre este setor, Lisboa (2003) diz que o mesmo é representado por qualquer instituição que apresente como característica a entidade privada sem a finalidade do lucro e com as atividades voltadas para as necessidades públicas.

Paes (2004, p. 98) diz que o terceiro setor “ocupa uma posição intermediária que lhes permita prestar serviços de interesse social sem as limitações do estado, nem sempre evitáveis, e as ambições do mercado, muitas vezes inaceitáveis”.

O mesmo autor ainda diz que estas Instituições formam um:

Conjunto de organismos, organizações ou instituições sem fins lucrativos dotados de autonomia e administração própria que apresentam como função e objetivo principal atuar voluntariamente junto à sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento. (PAES, 2004, p. 98)

Nunes (2006, p. 25) completa dizendo que estas organizações, além da autonomia e administração própria, não apresentam como finalidade a busca pelo lucro e sim “promover o bem-estar social através de ações assistenciais, culturais e de promoção da cidadania”.

Andrade (2002, p. 12) diz que o terceiro setor "pode ser conceituado como aquele que representa o conjunto de iniciativas da sociedade civil organizada, com base na ação voluntária, sem fins lucrativos, e que visa ao desenvolvimento social".

O terceiro setor também é conhecido como Organizações Não Governamentais (ONGs) por serem entidades privadas sem fins lucrativos com o objetivo de proporcionar o bem estar social. Gohn (2004, p. 27) diz que:

Não é toda e qualquer ONG que pode ser considerada como parte do Terceiro Setor, mas sim aquelas com o perfil do novo associativismo civil dos anos 1990. Um perfil diferente das antigas ONGs dos anos 1980, que tinham fortes características reivindicativas, participativas e militantes. O novo perfil desenha um tipo de entidade mais voltada para a prestação de serviços, atuando segundo 4 projetos, dentro de planejamentos estratégicos, buscando parcerias com o Estado e empresas da sociedade civil.

Tachizawa (2007, p. 36) acrescenta que ONG não é um termo que está previsto na Legislação Brasileira. Ela é “uma categoria que vem sendo socialmente construída e usada para designar um conjunto de entidades com características peculiares, reconhecidas por seus agentes, pelo senso comum ou pela opinião pública”.

Sobre a participação e organização da sociedade civil junto ao terceiro setor o art. 204 da CF/88:

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, [...] além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:
[...]
II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Já as pessoas jurídicas de direito privado são citadas no Código Civil Brasileiro, em seu art. 44. Compõem este setor:

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:
II - as sociedades;
III - as fundações.
IV - as organizações religiosas;
V - os partidos políticos.
VI - as empresas individuais de responsabilidade limitada.

A Lei n. 9.790/99 fala em seu art. 1º que podem fazer parte das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público as “pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, desde que os respectivos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos por esta Lei”. Diz ainda que:

Considera-se sem fins lucrativos a pessoa jurídica de direito privado que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social.

Por fim, no ano de 2014, foi aprovada a Lei n. 13.019 que dispõe sobre as parcerias voluntárias. De acordo com o seu art. 1º:

Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para as parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, estabelecidas pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios e respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, e suas subsidiárias, com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com as organizações da sociedade civil; e institui o termo de colaboração e o termo de fomento.

O terceiro setor vem ganhando destaque por se preocupar com o bem estar social. A tendência é que este setor se desenvolva ainda mais, atendendo desta forma um número maior de pessoas. Assim pode-se afirmar que:

A tendência do Terceiro Setor é crescer em tamanho, em conhecimento, em profissionalização, em número de colaboradores contratados e, principalmente, em número de pessoas atendidas, aumentando a qualidade de vida, em número de projetos executados com sucesso, em visibilidade e credibilidade. (PANCERI, 2001, p. 130)

O crescimento constante que o referido setor apresenta faz com que seja necessária a contratação de pessoas para cuidar da parte administrativa. Este é outro fator que beneficia a sociedade. A necessidade de uma parte administrativa que organize o funcionamento do setor faz com que ocorra a geração de empregos. Segundo o economista Jeremy (2004, apud URNAU, 2004) o terceiro setor é a melhor saída para enfrentar as dificuldades encontradas em relação ao desemprego, pois esta área precisa de gente para desempenhar as funções necessárias, e não de máquinas. Desta forma ele enfatiza que é necessário que este setor receba investimentos e incentivos, pois nos últimos anos, ele foi responsável por 40% dos empregos gerados na Europa.

2.2 Fundação

O art. 40 da Lei n. 10.406/02 (Código Civil Brasileiro) diz que as pessoas jurídicas são de direito público interno, de direito público externo e de direito privado.

As pessoas jurídicas de direito público interno, de acordo com o art. 41º da mesma Lei, são:

- I - a União;
- II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios;
- III - os Municípios;
- IV - as autarquias, inclusive as associações públicas;
- V - as demais entidades de caráter público criadas por lei.

As pessoas jurídicas de direito público externo são representadas, conforme o art. 42 do CC, pelos Estados estrangeiros e pelas pessoas regidas por direito internacional público.

As fundações estão inclusas, de acordo com art. 44 do Código Civil, nas pessoas jurídicas de direito privado.

Um indivíduo ou um grupo de indivíduos podem se unir para deliberar sobre a criação de uma fundação. Para que o surgimento aconteça é necessário que seja disponibilizado um patrimônio para a afetação jurídica visando à finalidade social.

O art. 62 da CC diz sobre a criação de uma fundação que “o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la”. O mesmo artigo em seu parágrafo único ainda diz que uma “fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência”.

A origem de uma fundação expressa o interesse da sociedade civil e serve para desempenhar alguma atividade que irá servir as necessidades da população. Segundo Paes (2004. p. 45) as fundações:

Ostentam papel valoroso e de extremo relevo dentro das sociedades em que se insere, pois é instrumento efetivo para que os homens prestem serviços sociais e de utilidade pública diretamente a todos aqueles que necessitam, bem como possam transmitir as sucessivas gerações seus ideais e convicções, e seguir atuando.

De acordo com Gusmão (2005) as fundações apresentam como principais características:

1 - a finalidade ou os fins: são definidas pelos instituidores em escritura ou testamento não podendo ser modificadas após o registro.

2 - a origem ou a forma de criação: Paes (2004, APUD Gusmão, 2005) diz que a origem ocorre por meio da escritura pública ou cédula testamentária após interesse manifestado por pessoa física ou jurídica chamadas de instituidores.

3 - o patrimônio: bens livres que são doados pelos instituidores para a futura fundação para que as atividades sejam desempenhadas com a finalidade de atingir os objetivos da entidade.

4 - o modo de administração: Paes (2004, APUD Gusmão, 2005) fala que é importante definir as finalidades para definir os instituidores e os administradores.

5 - o velamento do Ministério Público: o MP tem por finalidade velar, acompanhar, intervir e fiscalizar as atividades desempenhadas pela fundação.

2.3 Fundação de Apoio

Dentro das Universidades estão presentes as Fundações de Apoio. Elas são responsáveis por gerenciar programas e projetos que são elaborados pelo corpo acadêmico, fugindo da burocracia tradicional que está presente atualmente no setor público.

De acordo com Rocha (2012) as Fundações de Apoio estão sendo percebidas pela comunidade acadêmica como poderosos instrumentos para o gerenciamento de recursos humanos e materiais, e para execução de projetos e programas elaborados pelas universidades, tendo como vantagens a fuga da burocracia tradicional presente no setor público.

O autor ainda acrescenta que as Fundações de Apoio tem o importante papel de apoiar os trabalhos realizados pelos professores e acadêmicos gerenciando projetos que visam a ampliação do conhecimento.

Apesar da Fundação de Apoio auxilia a IES a promover ações com o objetivo de atender demandas nas áreas educacionais de ensino, pesquisa e extensão, elas não são dependentes das IES para promover suas atividades. Rocha (2012, http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11646) diz que:

Não obstante a íntima relação entre as Fundações de Apoio e as instituições apoiadas, uma fundação dessa natureza possui total independência jurídica e pode realizar, desde que coerentes com o escopo de suas finalidades

estatutárias, ações sem a participação da Instituição apoiada. Seu objetivo maior e final, em regra, e assim o deve ser, é o atendimento à demanda social de educação, não se limitando às atividades das Instituições apoiadas.

Segundo Rocha (2012), as Fundações de Apoio apresentam o seguinte papel dentro das universidades públicas:

1 - O princípio da solidariedade social: as Fundações de Apoio devem proporcionar ações sociais que possibilitem envolvimento, participação e confiança entre os envolvidos.

2 - Vinculação ao terceiro setor: este setor surgiu a partir da fragilidade do Estado e procura atender aos interesses públicos. Assim é possível que se realize esforços colaborativo entre Estado e sociedade para que se mantenha o bem comum.

3 - A preocupação com a identidade na diversidade: a sociedade vive um momento de grande diversidade e diferença. A Fundação de Apoio precisa ter sua identidade a partir da sua natureza social.

4 - Cultura democrática: as intervenções sociais realizadas pelas Fundações de Apoio devem buscar mudanças na forma de pensar, agir e sentir. Isso possibilita o surgimento de uma nova cultura social que faz com que as Fundações de Apoio passem de ordem recebida para ordem produzida.

5 - Nova institucionalidade: é possível que as Fundações de Apoio contribuam, através de suas ações, para uma universidade baseada na participação, igualdade e governabilidade. Esta mudança reflete na sociedade que aprende a não recorrer à violência e intolerância para resolver seus conflitos.

6 - Democracia cultural: as Fundações de Apoio ensinam a população a se manifestarem nas ações públicas melhorando desta forma as condições de vida. É possível também, através destas manifestações, igualar as condições de vida entre os setores populares.

7 - A transição do conhecimento universitário para o conhecimento pluriversitários: as Fundações de Apoio devem participar do processo de propagação da informação entre as Universidades, possibilitando a inclusão e comunicação entre os grupos sociais existentes.

8 - Apoio à extensão universitária: tem o objetivo de alcançar diferentes grupos sociais no processo de transmissão do conhecimento.

9 - Articulação com as redes: uma rede que possibilita a troca de informação torna a Universidade mais forte e descentralizada. As Fundações de Apoio devem

articular este processo entre as Universidades Públicas. Desta forma é possível a troca de informações entre a comunidade acadêmica e as Universidades.

10 - Integração com a comunidade e apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico: as Fundações de Apoio são um importante elo entre as universidades e a sociedade. Elas trazem para as universidades as demandas sociais e devolvem conhecimento.

Sobre as funções das Fundações de Apoio Rocha (2012, http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11646) diz que traz:

Energia social necessária à criação de uma nova realidade social, contribuindo para uma sociedade mais justa e mais humana. Os fios em comum para esse tecido podem ser encontrados no reino dos valores de solidariedade, senso de responsabilidade, confiança mútua, partilha, rejeição à desigualdade violência e opressão.

As Fundações de Apoio fazem parte da constituição das Instituições de Ensino Superior e são responsáveis por mobilizam ações educacionais nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. De acordo com o Ministério da Educação (2013, http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12508&Itemid=828):

As Fundações de Apoio são instituições criadas com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, de interesse das instituições federais de ensino superior (IFES) e também das instituições de pesquisa.

Por fazer parte do terceiro setor, as Fundações de Apoio devem ser constituídas na forma de direito privado, sem fins lucrativos, sendo regida pelo Código Civil Brasileiro. Elas ainda devem sujeitar-se, de acordo com o MEC (2013, http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12508&Itemid=828):

À fiscalização do Ministério Público, nos termos do Código Civil e do Código de Processo Civil, à legislação trabalhista e, em especial, ao prévio registro e credenciamento nos Ministérios da Educação e do Ministério da Ciência e Tecnologia, renovável bianualmente.

Apesar da relação que existe entre as Instituições de Ensino Superior e as Fundações de Apoio, estas apresentam total independência jurídica. De acordo com Guimarães (2004, p. 13) este tipo de entidade apresenta:

Total independência jurídica e pode realizar, desde que coerentes com o escopo de suas finalidades estatutárias, ações sem a participação da Instituição apoiada. Seu objetivo maior e final, em regra, e assim o deve ser, é o atendimento à demanda social de educação, não se limitando às atividades das Instituições apoiadas.

As Fundações de Apoio são criadas com um cadastramento no próprio Ministério e não por lei mantida pela união. De acordo com o Portal do MEC (2013, http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12508&Itemid=828):

As Fundações de Apoio não são criadas por lei nem mantidas pela União. O prévio credenciamento junto aos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia é requerido em razão da relação entre as instituições federais e as Fundações de Apoio ser de fomento ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, sendo função das fundações dar suporte administrativo e finalístico aos projetos institucionais.

As Fundações de Apoio devem observar a legislação vigente. A Lei que firma a parceria entre as Instituições de Ensino Superior e as Fundações de Apoio no que tange as relações de pesquisa científica e tecnológica é a Lei 8.958/94.

Em seu art. 1º a referida Lei fala sobre a relação entre as duas Instituições:

Art. 1º As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, de que trata, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos inciso XIII do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos.

Ao que se refere a Lei 8.666/93, que dispõe sobre as licitações e contratos da administração pública, o inciso XIII a qual o art. 1º da Lei 8.958/94 cita é:

XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos

Em seu art. 2º a Lei 8.958/94 fala sobre a natureza jurídica que as Fundações de Apoio devem apresentar para manter as relações jurídicas com as IES e os princípios que devem ser seguidos:

Art. 2º As fundações a que se refere o art. 1º deverão estar constituídas na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos, regidas pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, e sujeitas, em especial:

I - a fiscalização pelo Ministério Público, nos termos do Código Civil e do Código de Processo Civil;

II - à legislação trabalhista;

III - ao prévio registro e credenciamento no Ministério da Educação e do Desporto e no Ministério da Ciência e Tecnologia, renovável bianualmente.

As Fundações de Apoio ainda devem prestar contas e seguir o que diz o contrato firmado com o órgão financiador. O art. 3ª da Lei 8.958/94 diz sobre o assunto que:

Art. 3º-A. Na execução de convênios, contratos, acordos e demais ajustes a forma desta Lei, as Fundações de Apoio deverão

I - prestar contas dos recursos aplicados aos entes financiadores;

II - submeter-se ao controle de gestão pelo órgão máximo da Instituição Federal de Ensino ou similar da entidade contratante; e

III - submeter-se ao controle finalístico pelo órgão de controle governamental competente

A Lei 8.958/94 sofreu algumas alterações após a vigência das Leis n. 10.973/04, que dispõe sobre os incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, a Lei n. 12.349/10, que alterou a redação inicial da Lei 8.958/94 (que trata da relação entre as IES e as Fundações de Apoio), e a Lei 8.666/93, que dispõe sobre as normas para a Licitação e contratos da Administração Pública.

Além das Leis mencionadas, tratam do assunto também os Decretos n. 5.205, de 14 de setembro de 2004, n. 5.563 de 11 de outubro de 2005 e n. 7.423 de 31 de dezembro de 2010. Também as Portarias do MEC/MCT n. 3185 de 14 de setembro de 2004 e n. 475/MEC/MCT de 14 de abril de 2008, além da portaria interministerial n. 7.423 de 31 de dezembro de 2010.

2.4 Sustentabilidade

A sociedade passou por mudanças ao longo dos tempos. No início todos achavam que a natureza sempre forneceria a matéria prima ou os produtos básicos para a subsistência humana. Hoje sabe-se que existe um limite para a exploração que a natureza vem sofrendo. É necessário diminuir a degradação, preservar o que ainda não foi destruído e tentar resgatar o que já foi perdido.

Para Araújo et al (2006) é necessário, para atingir este objetivo, prestar atenção no retorno do resultado do processo industrial para a natureza. Após o processo produtivo são devolvidos para o meio ambiente resíduos sólidos e efluentes líquidos, além de gases nocivos e poluentes em grandes quantidades. Isso acarreta na poluição ambiental e no esgotamento dos recursos naturais.

Este novo contexto, que mostra a necessidade de mudança nas atitudes para com o meio ambiente, faz surgir o que chama-se de sustentabilidade. Gadotti (2002) diz que a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento definiu desenvolvimento sustentável como o processo que possibilita atender as necessidades atuais sem causar prejuízos para as gerações futuras.

Ferreira (2003) diz que quando voltado para o desenvolvimento sustentável, as empresas devem apresentar uma gestão ambiental que apresente um plano de ações adequado e recursos financeiros suficientes.

De acordo com Camargo (2003, apud ESTENDER E PITTA, 2008, p.3):

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Tinoco e Kramer (2004) dizem que o desenvolvimento sustentável proporciona um novo processo na busca de uma mudança social, democratiza o acesso aos recursos naturais, distribui de maneira equitativa os custos e benefícios do desenvolvimento, e divulga suas ações para seus parceiros sociais.

Sachs (2007, apud SILVA, 2010, p. 175) diz que “o ideário do Desenvolvimento Sustentável ganha expressão através de um modelo socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado”.

Já Luiz et al (2013, p. 118) diz que:

É notório que o ponto forte do desenvolvimento sustentável implica na integração do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental e o progresso social. Para que isso ocorra não existe uma fórmula única; o que deve ser observado são os problemas e as aspirações de cada região, e a partir disso buscar estratégias de desenvolvimento, que poderá ter a aplicação facilitada com a implantação da Gestão Ambiental.

Os estudos para definir o que é a sustentabilidade iniciaram-se na década de 1970. Alguns estudiosos já tentavam, nessa época, buscar soluções para controlar a

situação e ajudar no desenvolvimento com menos agressão a natureza e sociedade. De acordo com Romeiro (1999, p. 2), foi assim que surgiu um dos primeiros conceitos de sustentabilidade, que fala em crescimento econômico e meio ambiente:

De um lado, aqueles, genericamente classificados de possibilistas culturais (ou 'tecnocêntricos' radicais), para os quais os limites ambientais ao crescimento econômico são mais que relativos diante da capacidade inventiva da humanidade, considerando o processo de crescimento econômico como uma força positiva capaz de eliminar por si só as disparidades sociais, com um custo ecológico tão inevitável quanto irrelevante diante dos benefícios obtidos; de outro lado, aqueles outros, deterministas geográficos (ou 'ecocêntricos' radicais), para os quais o meio ambiente apresenta limites absolutos ao crescimento econômico, sendo que a humanidade estaria próxima da catástrofe. Mantidas as taxas observadas de expansão de recursos naturais (esgotamento) e de utilização da capacidade de assimilação do meio (poluição).

Pode-se perceber assim que a sustentabilidade tem um conceito amplo. Além do meio ambiente ela fala também em atender as necessidades da sociedade. No conceito de sustentabilidade apresentado por Buainain (2006, apud SILVA, 2012, p. 25) ele já inclui a necessidade de incorporar a dimensão social em seu significado. Este conceito diz que:

A noção de sustentabilidade incorpora uma clara dimensão social e implica atender também as necessidades dos mais pobres de hoje, outra dimensão ambiental abrangente, uma vez que busca garantir que a satisfação das necessidades de hoje não podem comprometer o meio ambiente e criar dificuldades para as gerações futuras. Nesse sentido, a idéia de desenvolvimento sustentável carrega um forte conteúdo ambiental e um apelo claro à preservação e à recuperação dos ecossistemas e dos recursos naturais.

Sobre as necessidades que a população passa atualmente, Araújo et al (2006, p. 2) diz que a pobreza, a fome e a exclusão social são frutos da competição empresarial mundial. Assim:

Outra preocupação que emerge é que uma volumosa camada da população mundial que sofre com a pobreza, fome e exclusão social. As empresas procuram resultados financeiros, ampliação de fatias de mercado e sobrevivência e manutenção de sua competitividade. A globalização da economia e o acirramento da competição mundial elevam a escala de produção, com a conseqüente busca da redução dos custos.

Por ser uma conseqüência do atual cenário mundial, a dimensão social deve ser considerada no contexto de sustentabilidade, pois é reflexo das atitudes que são tomadas

por empresas na busca de lucro, mercado e diminuição de custos. Barbieri e Cajazeira (2009, p. 67) falam sobre sustentabilidade social e afirmam que:

A sustentabilidade social trata da consolidação de processos que promovem a equidade na distribuição dos bens e da renda para melhorar substancialmente os direitos e condições de amplas massas da população e reduzir as distâncias entre os padrões de vida das pessoas.

Os mesmos autores ainda falam que além da sustentabilidade ambiental e social a sustentabilidade também abrange as dimensões econômica, espacial, cultural, política e institucional.

Apesar de apresentarem algumas dimensões que consideram importantes, os mesmos autores levam em consideração que atualmente a preocupação é com a ação humana e seus reflexos no meio em que vivemos. Desta forma destacam-se três dimensões por serem mais visíveis e mais influentes quando considera-se a produção econômica, consumo e mercado globalizado. Essas dimensões são a econômica, a social e a ambiental. Desta forma, as organizações que estão engajadas em mudar suas ações visando o bem comum buscam “alcançar seus objetivos atendendo simultaneamente os seguintes critérios: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica” (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009, p. 69).

Frente as variáveis apresentadas para compor o conceito de sustentabilidade, Mininni-Medina (2001, apud ARAÚJO et al, 2006) fala sobre algumas possíveis soluções para atender as necessidades apresentadas. São elas:

Agricultura sustentável: criar novos modelos de investimento e ocupação do solo;

Sustentabilidade nas cidades: projetar cidades que possibilitem desenvolver atividades humanas;

Infraestrutura sustentável: procurar novas formas de gerar energia e evitar desperdício.

Redução de desigualdades: diminuir as diferenças entre a pobreza extrema e as camadas privilegiadas investindo em inclusão social.

Ciência e tecnologia: realizar investimentos na área de ciência e tecnologia.

Desta forma percebe-se que é importante, nos dias de hoje, atender as demandas do mercado e manter o equilíbrio para que as futuras gerações não sofram com os impactos que as ações humanas estão causando ao meio ambiente. Sendo assim, Elkington (1986, apud SEBRAE, 2012, p.5) diz que “é preciso que os negócios sejam

feitos levando-se em conta o equilíbrio entre os fatores ambientais, sociais e econômicos, e os resultados das empresas precisam refletir esse equilíbrio”. Dias (2006, apud CHAVES et al, 2013) complementa dizendo que o melhor instrumento para fazer com que o desenvolvimento sustentável dê certo é a gestão ambiental.

Sobre a gestão ambiental Silveira e Pfitscher (2012) falam que ela possibilita a relação entre a empresa, a atividade desenvolvida por esta e o meio ambiente na qual está inserida. Diz ainda que a interação com a empresa ocorre através das ações para gerir suas atividades; com a atividade desenvolvida por causa dos resíduos que são devolvidos para a natureza; e com o meio ambiente por este ser agente passivo que recebe as consequências das ações da organização.

A gestão ambiental, segundo Tinoco e Kraemer (2004, p. 109), está relacionada com a mobilização da empresa, seja interna ou externamente, “para a conquista da qualidade ambiental desejada. Ela consiste em um conjunto de medidas que visam ter controle sobre o impacto ambiental de uma atividade”

Bruns (2009, apud SILVEIRA E PFITSCHER, 2012, p. 170) fala que a gestão ambiental:

É a consequência natural da evolução do pensamento da humanidade em relação à utilização dos recursos naturais de um modo mais sábio, onde se deve retirar apenas o que pode ser repostado ou caso isto não seja possível, deve-se, no mínimo, recuperar a degradação ambiental causada.

Ao demonstrar que considera as necessidades de mudança importante a ponto de incluí-las em seus programas de metas e objetivos, as empresas não trazem benefícios somente para a sociedade e meio ambiente. Elas também são beneficiadas. De acordo com Karkotli (2004), a gestão ambiental traz benefícios econômicos visto que as mudanças de hábitos possibilita a redução nos gastos diários (como a redução no consumo de energia), e benefícios estratégicos pois mostra para a sociedade o comprometimento em produzir sem prejudicar o meio em que está inserido.

Frente a esta necessidade de mudança dentro e fora das grandes organizações é importante o surgimento de novas pesquisas e técnicas para acompanhar este novo pensamento. As empresas “passam a gerenciar os impactos ambientais gerados em suas atividades e a prestar contas para a sociedade desse gerenciamento” Rosa (2011, apud ARAÚJO et al, 2013, p. 223).

Além das gestão ambiental empresarial é necessário que os indivíduos também tenham consciência e devem fazer a sua parte. Ferreira (2003, apud BOFF; ORO; BEUREN, 2008, p. 6) dizem que é possível ajudar no processo através de pequenas mudanças nos hábitos diários como fazer a coleta seletiva de lixo, separando papel, latas e vidros. Com apenas atitudes como utilizar sacolas retornáveis ao invés de sacolas plásticas, utilizar o verso de papéis sem utilidade para rascunho ou mudar a forma de se deslocar utilizando bicicleta por exemplo, são ações que ajudam no gerenciamento do meio ambiente e, conseqüentemente, no desenvolvimento da reponsabilidade social.

O governo também deve fazer parte deste processo. Chaves et al (2013) diz que é importante a atuação no âmbito governamental não apenas na regulamentação ou fiscalização, mas como sujeito ativo e participativo neste processo de mudança, assumindo a sua parcela de responsabilidade com o compromisso social e ambiental.

Esta participação do Estado nos assuntos que remetem a sustentabilidade devem ser estendida para as Universidades. Por serem fonte de iniciação científica, pesquisa e extensão, estas Instituições devem participar deste processo buscando formas de minimizar a atuação do ser humano na degradação do meio ambiente, diminuir a poluição e melhorar qualidade de vida da sociedade.

Além de terem esta responsabilidade de buscar novos meios e mecanismos para mudar o comportamento da sociedade frente a necessidade de mudança, as Universidades devem mudar também seus hábitos para serem exemplo das mudanças que se fazem necessárias.

Sobre o assunto Boff, Oro e Beuren (2008) falam que a gestão ambiental nas Instituições de Ensino Superior proporcionam benefícios ao meio ambiente quando diminuem a agressão ao meio ambiente e cortam hábitos que evitam a utilização desnecessária dos recursos.

2.5 Responsabilidade social

A responsabilidade social vem sendo amplamente discutida nas últimas décadas. Isso é reflexo da mudança de atitude da sociedade que exige saber quais ações estão sendo realizadas pelas empresas no âmbito social e ambiental. De acordo com Gonçalves e Gonçalves (1990, apud GODOY, 2007), esta mudança de atitude começou em 1960 nos Estados Unidos, tendo como resultado uma série de programas para atender as exigências que começaram a surgir.

Além de ser discutida pela sociedade, a responsabilidade social passou a ser uma necessidade para as empresas, pois suas ações neste campo demonstram seu interesse não apenas com a produção e o lucro, mas também com o bem estar dos seus funcionários, da sociedade em que está inserida e com o meio ambiente.

Limongi, Pfitscher e Splitter (2013, p. 137) falam que:

A sobrevivência e o crescimento das organizações dependem da capacidade de distribuir algum benefício social para a sociedade em que estão inseridas, demonstrando o que acrescentam à sociedade e não apenas a si próprias. Assim, deixam o papel de apenas agentes provedores de bens e serviços para assumir e participar de causas sociais, bem como exercer influência em outras dimensões sociais.

As organizações, para assumirem e participarem das causas sociais, devem se envolver com as dificuldades encontradas nas comunidades, com a degradação e recuperação do meio ambiente e buscar uma melhor qualidade de vida tanto para seus colaboradores como para o público externo.

Este envolvimento das organizações com a sociedade não pode ser confundida com as obrigações legais que devem ser cumpridas por todas as empresas. As ações na área social e ambiental que as empresas realizam devem ir além das legislações vigentes em seus respectivos setores. É necessário que as instituições tenham iniciativas em realizar projetos que tragam benefícios para a população. Carrol (1999, apud LIMONGI; PFITSCHER; SPLITTER, 2013) diz que a responsabilidade social não deve ser uma obrigação legal, visto que isto é o mínimo que deve ser feito, mas sim parte de um programa onde o principal interesse é o desenvolvimento da sociedade.

Sobre o assunto Rodrigues (2011, p. 17) ainda diz que:

Quem investe somente para cumprir a lei não é socialmente responsável, apenas faz o que é necessário para se manter ativo e não pagar multas, é sua responsabilidade legal. A empresa precisa estar preocupada com o meio em que está situada, e não somente nele, mas na sustentabilidade mundial.

Nessa mesma linha Karkotli (2006, apud DUARTE, 2010) diz que é necessário as empresas proporcionarem melhorias tanto para seu quadro interno, visando o bem estar de seus funcionários, quanto ao meio externo, visando melhorias para a comunidade.

O autor ainda coloca que essa é a visão da empresa socialmente responsável. Ela decide de maneira voluntária contribuir com ações que dão suporte para a sociedade e possibilita a diminuição dos impactos ambientais. Ela também demonstra compromisso para com o público interna gerando bem estar e motivação para a realização das tarefas do dia-a-dia.

Matos, Matos e Almeida (2007, apud DUARTE, 2010) acrescentam que:

Uma empresa-cidadã tem no seu compromisso, com a promoção da cidadania e o desenvolvimento da comunidade, o seu diferencial competitivo, buscando, desta forma, ser uma organização que investe recursos financeiros, tecnológicos e mão-de-obra em projetos de interesse público. É uma organização que cria um ambiente agradável de trabalho valorizando seus recursos humanos e é capaz de desenvolver um modelo de gestão integrado onde as pessoas têm um papel decisivo no seu comportamento com relação à comunidade e a sociedade em geral. E ainda, é uma empresa que se organiza e constrói maneiras alternativas de participar, conviver e viver melhor.

A responsabilidade social não deve ficar a cargo apenas das empresas. A população deve participar desse processo de transformação não apenas cobrando, mas também fazendo a sua parte. Rosini e Palmisano (2003, apud BOFF; ORO; BEUREN, 2008) colocam que a responsabilidade social trata da conscientização da parcela de responsabilidade que cabe a cada setor da sociedade e a cada indivíduo desta, em relação à própria sociedade, sendo que esta conscientização complementa a ética, mental e efetivamente, uma vez que esses conceitos só têm valor à medida que se transformam em ações.

Como pode-se observar o tema responsabilidade social ganhou notoriedade, abrangendo temas importantes e delicados que envolvem todos aqueles que fazem parte da sociedade. Seu crescimento e importância faz com que o assunto seja debatido tornando-se tema de pesquisa e análise de vários estudiosos.

De acordo com Gonçalves e Gonçalves (1990, apud GODOY, 2007), com o aumento da popularidade o assunto passou a ser discutido também nas universidades, sendo publicado no ano de 1953 o primeiro livro sobre Responsabilidade Social com o título *Social Responsibilities of the Businessman*, escrito por Howard Bowen. Esse livro foi traduzido para vários idiomas e apresentou grande repercussão.

Nos dias de hoje o tema ainda é bastante estudado. Vários autores apresentam diferentes conceitos que tentam contextualizar qual a importância da responsabilidade

social para as empresas e para a sociedade. No Quadro 1 Rolín (2010, p.23) apresenta conceitos de responsabilidade social e sua análise crítica:

Quadro 1: Conceitos de responsabilidade social

Conceitos encontrados na Literatura	Análise Crítica
Para Gonçalves e Heliodoro (2005) a responsabilidade social torna-se uma obrigação para com a sociedade que compreende a proteção ambiental, projetos educacionais, planejamento da comunidade e serviços sociais no geral.	Esta visão transmite que a responsabilidade social é obrigatória, o que se associa ao que pode emanar das leis ou regulamentações. Portanto, considera-se uma definição um tanto limitada.
A responsabilidade social da empresa consiste na a eliminação e/ou redução dos efeitos negativos do processo de produção e preservação dos recursos naturais, principalmente os não renováveis, através da adoção de tecnologias eficientes, ao mesmo tempo em que se tem em conta o aspecto econômico. (GESTÃO ambiental..., 2006)	O conceito limita a abrangência da responsabilidade social unicamente ao âmbito ambiental. Basicamente, nos aspectos nos quais os processos produtivos impactam no meio ambiente.
Para Barbosa <i>et al</i> (2007) ao se referir a Responsabilidade social considera-se que a empresa assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas na lei, embora não estejam vinculadas diretamente as suas atividades sempre que contribuam ao desenvolvimento sustentável da sociedade.	O conceito estabelece que a responsabilidade social, mesmo que não seja por causa das leis, consiste em uma obrigação para a empresa e não uma opção para se inserir nos mercados e sobressair em relação à concorrência.
Com o passar dos anos, e conseqüentemente o desenvolvimento e surgimento de novas tecnologias, as empresas passaram a dar mais importância às ações que não necessitam de um grande montante de desembolso financeiro, mas que geram um bom retorno para a empresa, diante a sociedade, através da imagem. Este artifício usado é conhecido mundialmente como: responsabilidade social. A responsabilidade Social pode ser definida como o dever da empresa de ajudar a sociedade a atingir seus objetivos. É uma maneira de a empresa mostrar que não existe apenas para explorar recursos econômicos e humanos, mas também para contribuir com o desenvolvimento social. É uma espécie, de prestação de contas. (A RESPONSABILIDADE socioambiental..., 2008).	O ponto forte do conceito é que a empresa revela-se não só como uma entidade que utiliza recursos, mas também que de alguma forma intenta retribuir à sociedade parte de isso. Porém, o ponto fraco é que se considera a responsabilidade social como um artifício, uma forma enganosa de obter algo.
A Responsabilidade Social são ações das empresas que mostram que elas possuem responsabilidades para com os <i>stakeholders</i> , entre os quais se encontram as comunidades onde estão inseridas. Com essas ações as	O conceito não permite identificar a que tipo de ações se refere, e ainda, limita-se somente ao âmbito social sem mencionar o ambiental.

empresas podem obter novas oportunidades, tais como, ganhos de reputação. (MACHADO FILHO, 2006 <i>apud</i> ANÁLISE de sustentabilidade..., 2009).	
Responsabilidade social implica mais do que cumprimento as obrigações de respeitar as leis e pagar impostos. As empresas são responsáveis socialmente porque acreditam que serão uma empresa melhor ao contribuir para uma sociedade mais justa. A empresa responsável pensa nas consequências de suas ações a respeito do impacto que pode ter no meio ambiente e em todos os seus usuários internos e externos. Responsabilidade social ambiental significa respeitar as relações com os funcionários, colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes, credores, acionistas, concorrentes, comunidade, Governo e meio ambiente. (CONTABILIDADE ambiental..., 2009)	O conceito lida com as características humanas, como pensar, acreditar. Diversos autores consideram que as empresas não são responsáveis socialmente porque serão "melhores" e sim porque isso lhes trará benefícios futuros em vários aspectos.
A responsabilidade socioambiental é a expressão de uma nova postura empresarial, vislumbrando uma gestão comprometida com a ética e o resgate da cidadania. Nesse contexto a organização assume um papel social ainda maior na busca pelo bem-estar público e de seus colaboradores, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico. As empresas que desenvolvem responsabilidade social buscam relacionamentos específicos com os clientes e os demais públicos, que possuem interesses no êxito das atividades. (RESPONSABILIDADE Socioambiental no setor financeiro..., 2009).	O conceito está alinhado à afiliação teórica adotada neste estudo. O conceito apresenta a necessidade de um Processo estruturado de gestão no qual esteja inserida a responsabilidade social.
Segundo Alberton (2004) A responsabilidade social de uma determinada empresa vincula-se às ações comunitárias, geralmente na sua região e em relação ao meio ambiente. Também, consiste em a preocupação por investir no bem estar de seus funcionários com o objetivo de criar um ambiente de trabalho mais harmonioso.	O conceito aproxima-se ao adotado neste estudo, porém não especifica o fato de que a responsabilidade social deve estar inserida logo nas estratégias da empresa.

Fonte: Responsabilidade Socioambiental: um estudo de caso em um hospital da República Oriental do Uruguai

Os conceitos expostos no Quadro 1 mostram que as empresas apresentam grandes desafios nos dias atuais. Quando a empresa se envolve e aceita esses novos rumos é bem possível que ela apresente um diferencial no mercado. Ao se tornar responsável sócio ambiental, mesmo não tendo certeza se por necessidade de continuar competitivo ou se por vontade de participar mais ativamente da vida da comunidade, as

empresas suprem deficiências que fazem tanto sociedade como meio ambiente saírem ganhando.

Diante do exposto pode-se dizer que a responsabilidade social deve ser praticada por todos seja em grande escala, como a sua inclusão nas metas e objetivos da empresa, ou em pequenos gestos praticado por cada um dos cidadãos que constituem a sociedade.

Pode-se dizer ainda que a responsabilidade ambiental encontra-se dentro do contexto de responsabilidade social, visto que agir com responsabilidade para com o meio ambiente é ter certeza de que aquilo que foi retirado dele não irá prejudicar seu poder de regeneração e aquilo que for devolvido não irá prejudica-lo. Desta forma, segundo Luiz et al (2013, p. 118):

É notório que o ponto forte do desenvolvimento sustentável implica na integração do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental e o progresso social. Para que isso ocorra não existe uma fórmula única; o que deve ser observado são os problemas e as aspirações de cada região, e a partir disso buscar estratégias de desenvolvimento, que poderá ter a aplicação facilitada com a implantação da Gestão Ambiental.

Observa-se que as ações realizadas pelo ser humano apresentam reflexos em várias áreas. Elas podem degradar a natureza devido a retirada de matéria prima ou através da poluição gerada através do processo de produção por parte das grandes empresas. O meio ambiente também pode ser destruído por cada indivíduo sem conscientização que não pratica atitudes pensando na preservação e conservação da natureza.

Outro reflexo é o retorno que o mundo competitivo que temos hoje dá para a sociedade. Cidades poluídas, disparidade de salários, competição, má distribuição de renda entre outros que dificultam a sobrevivência da maioria da população.

Desta forma é necessário que grandes empresas mudem seu processo produtivo e a forma de competição em pró de um mundo mais limpo e mais igual. É importante também que a população seja educada para realizar pequenas tarefas do dia a dia que auxiliem a sociedade neste processo de mudança que é extremamente necessário.

Devem fazer parte deste processo também o governo e as Universidades. O governo precisa criar meios de atender melhor a sociedade quanto as suas necessidades básicas. Já as Universidades são locais de busca e propagação do conhecimento. Seus projetos de pesquisa, tecnologia e extensão devem dar suporte para que esta mudança tão necessária aconteça.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo é apresentada a Fundação de Apoio na qual foi realizada a coleta de dados para a realização deste estudo. Na sequência são apresentadas as análises feitas sobre os dados obtidos.

A análise visa apresentar informações acerca da proposta do estudo relatando, através do levantamento dos projetos cadastrados nos anos de 2013 e 2014 pelos departamentos que compõem a IES na qual se localiza a referida Fundação, a existência de projetos que apresentam como objetivo atender as áreas ambiental, social e sustentável.

3.1 Breve histórico da Fundação de Apoio estudada

A Fundação de Apoio estudada surgiu no ano de 1976 após a aprovação do seu estatuto pelo Conselho Universitário da IES em que está localizada. Seu surgimento foi necessário devido à crescente captação de recursos financeiros para realização de pesquisas pela comunidade acadêmica da referida Universidade. Desta forma, esta nova fundação ficou responsável pelo apoio ao desenvolvimento dos projetos da IES.

Por ser uma instituição criada para assegurar o crescimento e desenvolvimento das atividades da IES no que tange ao desenvolvimento dos projetos, a Fundação de Apoio descreve em seu Relatório Anual de Gestão (2013, p. 6) que sua missão é “contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e social por meio de apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão”.

No seu Relatório Anual de Gestão (2013, p. 5) consta, além da missão da entidade, as suas finalidades que são:

- apoiar programas e projetos de ensino, pesquisa, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e de outras instituições de ensino superior, científicas e tecnológicas;
- promover e apoiar a execução de programas, eventos e ações de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, assistenciais, culturais, de filantropia e de proteção ambiental, em consonância com as políticas municipal, estadual e nacional;
- promover a cooperação científica, técnica e financeira com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, firmando contratos, acordos e convênios, visando fortalecer e ampliar o apoio ao desenvolvimento de programas e projetos;
- estimular a participação de docentes, técnicos e alunos em projetos de ensino, pesquisa, extensão, inovação, e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse da UFSC e de outras instituições de

ensino superior, científicas e tecnológicas, concedendo auxílios e bolsas quando pertinentes;

- promover e apoiar a difusão do conhecimento cultural, científico e tecnológico; fomentar e apoiar a interação da Universidade Federal de Santa Catarina e de outras instituições de ensino superior com o parque empresarial e industrial regional e nacional;
- cooperar com outras instituições da sociedade, nas áreas de sua competência;
- promover a integração ao mundo laboral de alunos da UFSC e de instituições de ensino superior.

Visando atingir sua missão e as suas finalidades a Fundação de Apoio vem buscando nos últimos anos atender a população acadêmica envolvida nas atividades de ensino, pesquisa e extensão de maneira eficiente. Além de atender as necessidades dos projetos ela também procura resolver problemas que surgem na execução dos mesmos com soluções rápidas e satisfatórias para todos os envolvidos no processo.

Para alcançar a eficiência, atender a demanda que aumentou da década de 1970 para os dias atuais e gerenciar os recursos repassados para a execução dos projetos foi necessária uma divisão nas atividades da Fundação de Apoio. Assim as funções foram divididas entre os órgãos superiores e os órgãos operacionais. Esta divisão possibilita a continuidade das pesquisas buscando dar sequência a este processo de desenvolvimento contínuo.

Sobre a divisão das atividades em órgãos superiores e órgãos operacionais, fazem parte deste as gerências administrativa, de contabilidade e prestação de contas, de gestão de projetos, financeira, de informática e documentação, de captação e implantação de projetos e de recursos humanos. Dos órgãos superiores fazem parte o conselho curador, o conselho fiscal e a diretoria executiva. Estes são responsáveis pela deliberação das funções e responsabilidades da Fundação de Apoio, além de terem a obrigação de fiscalizar as suas ações.

Além das áreas citadas acima, também fazem parte da estrutura da Fundação de Apoio a procuradoria jurídica, as assessorias e a secretaria executiva. Alocados entre os setores que constituem a instituição estão cerca de oitenta funcionários que são responsáveis por atender as necessidades dos projetos cadastrados na instituição.

3.2 Análise dos resultados obtidos

A IES em que se localiza a Fundação de Apoio estudada está dividida em cinco Campis espalhadas pelo Estado de Santa Catarina que são o de Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Florianópolis e Joinville.

Para administrar a comunidade acadêmica a Universidade apresenta a Reitoria e Pró-Reitorias. As Pró-Reitorias são a de Administração, de Assuntos Estudantis, de Extensão, de Graduação, de Pesquisa, de Planejamento e Orçamento e de Pós-Graduação.

Além da Reitoria e das Pró-reitorias também fazem parte da Instituição as Secretarias de Aperfeiçoamento Institucional, Cultura, Gestão de Projetos e Relações Internacionais, além dos Centros de Ensino compostos pelos Centro de Ciências Agrárias, Centro de Ciências Biológicas, Centro de Ciências da Educação, Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, Centro de Ciências Jurídicas, Centro de Ciências da Saúde, Centro de Comunicação e Expressão, Centro de Desportos, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro Socioeconômico e Centro Tecnológico. Cada Centro de Ensino é formado por Departamentos que representam os Cursos que são alocados em cada um destes setores.

Esta pesquisa utilizou como base os projetos cadastrados na Fundação de Apoio estudada apenas pelos Departamentos localizados nos Centros de Ensino. A Tabela 1 mostra o total de projetos cadastrados nos anos de 2013 e 2014 considerando toda a estrutura da IES em que a Fundação de Apoio está localizada:

Tabela 1: Total de projetos cadastrados da Fundação de Apoio estudada, considerando toda a estrutura da IES

Estrutura da IES	Projetos Cadastrados	
	2013	2014
Campus Espalhados Pelo Estado De SC	4	9
Centros De Ensino	3	3
Reitoria E Pró-Reitorias	10	6
Fundação de Apoio Estudada	12	9
Secretarias	6	3
Instituições Federais	5	8
Departamentos	164	168
TOTAL	204	206

Fonte: elaborado pela autora

Através da Tabela 1 pode-se observar que a Fundação de Apoio cadastrou no ano de 2013 um total de 204 projetos e no ano de 2014 um total de 206 projetos. Não houve uma diferença significativa no registro de projetos de um ano para o outro, visto que no ano de 2014 foram cadastrados apenas dois projetos a mais que o ano de 2013.

Com relação ao setor estudado, percebe-se um total de 164 projetos cadastrados em 2013 e 168 em 2014. A diferença apresentada no registro de projetos nos Departamentos da IES do ano de 2013 para o ano de 2014 também foi pouco significativa, sendo de apenas quatro a diferença de um ano para o outro.

Referente aos projetos que foram cadastrados por Departamento nos anos de 2013 e 2014, segue Tabela 2 com a relação:

Tabela 2: Total de projetos cadastrados por Departamento

Projetos por Departamento	Projetos cadastrados	
	2013	2014
Departamento de Administração	1	2
Departamento de Análises Clínicas	1	4
Departamento de Aquicultura	8	6
Departamento de Arquitetura E Urbanismo	2	-
Departamento de Artes e Libras	-	1
Departamento de Automação E Sistemas	1	2
Departamento de Biologia Celular, Embriologia E Genética	1	2
Departamento de Bioquímica	-	1
Departamento de Botânica	1	1
Departamento de Ciência da Informação	-	1
Departamento de Ciência E Tecnologia De Alimentos	4	2
Departamento de Ciências Farmacêuticas	2	1
Departamento de Ciências Fisiológicas	-	1
Departamento de Ciências Morfológicas	-	2
Departamento de Clínica Médica	1	2
Departamento de Ecologia E Zoologia	2	1
Departamento de Educação Física	8	5
Departamento de Enfermagem	1	3
Departamento de Engenharia Civil	23	14
Departamento de Engenharia Do Conhecimento	4	1
Departamento de Engenharia Elétrica	10	15
Departamento de Engenharia Mecânica	23	10
Departamento de Engenharia Química e de Alimentos	4	4
Departamento de Engenharia Rural	4	-
Departamento de Engenharia Sanitária E Ambiental	2	-
Departamento de Estudos Especializados Em Educação	1	10
Departamento de Expressão Gráfica	9	11
Departamento de Filosofia	1	-
Departamento de Física	-	2
Departamento de Fitotecnia	6	6
Departamento de Geociências	8	2
Departamento de Ginecologia e Obstetrícia	1	1

Departamento de História	1	2
Departamento de Informática E De Estatística	3	5
Departamento de Língua E Literatura Estrangeiras	3	4
Departamento de Matemática	1	1
Departamento de Metodologia De Ensino	4	8
Departamento de Microbiologia e Parasitologia	-	3
Departamento de Nutrição	2	1
Departamento de Odontologia	3	4
Departamento de Pediatria	-	1
Departamento de Psicologia	3	1
Departamento de Química	1	3
Departamento de Saúde Pública	3	10
Departamento de Serviço Social	-	1
Departamento de Sociologia E Ciências Sociais	1	1
Departamento de Zootecnia E Desenvolvimento Rural	6	2
Departamento Engenharia de Produção E Sistemas	4	7
Coordenadoria de Fonoaudiologia	-	1
TOTAL	164	168

Fonte: elaborado pela autora

Pode-se observar que no ano de 2013 os seguintes Departamentos não apresentaram projetos cadastrados na Fundação de Apoio: Departamento de artes e libras, de bioquímica, de ciência da informação, de ciências fisiológicas, de ciências morfológicas, de física, de microbiologia e parasitologia, de pediatria, de serviço social e de fonoaudiologia.

Já no ano de 2014 os seguintes Departamentos não cadastraram projetos: Departamento de arquitetura e urbanismo, de engenharia rural, de engenharia sanitária e ambiental e de filosofia.

Com relação aos Departamentos que a IES lista como fazendo parte de sua composição, os seguintes não cadastraram projetos nos anos de 2013 e 2014 na Fundação de Apoio estudada: Coordenação especial de agronomia, Departamento de extensão rural, Departamento de farmacologia, Departamento de direito, Departamento de cirurgia, Departamento de patologia, Coordenadoria especial de cinema, Departamento de jornalismo, Departamento de língua e literatura vernáculas, Departamento de antropologia, Departamento de economia e relações internacionais e Departamento de ciências contábeis.

Sobre os departamentos que elaboraram e cadastraram projetos, segue Tabela 3 com os departamentos mais expressivos nos anos de 2013 e 2014:

Tabela 3: Departamentos com mais projetos cadastrados

Departamentos com mais projetos cadastrados	2013
Departamento de Engenharia Civil	23
Departamento de Engenharia Mecânica	23
Departamento de Engenharia Elétrica	10
Departamento de Expressão Gráfica	9
Departamento de Aquicultura	8
Departamentos com mais projetos cadastrados	2014
Departamento de Engenharia Elétrica	15
Departamento de Engenharia Civil	14
Departamento de Expressão Gráfica	11
Departamento de Engenharia Mecânica	10
Departamento de Saúde Pública	10

Fonte: elaborado pela autora

Os Departamentos de engenharia civil, de engenharia elétrica, de engenharia mecânica e de expressão gráfica aparecem, dos cinco Departamentos listados, como os que mais cadastraram projetos nos anos de 2013 e 2014. Os Departamentos de engenharia civil, de engenharia mecânica, de engenharia elétrica, de expressão gráfica e de aquicultura tiveram 23, 23, 10, 9 e 8 projetos cadastrados respectivamente em 2013. Já os mais expressivos em 2014 foram os Departamento de engenharia elétrica, de engenharia civil, de expressão gráfica, de engenharia mecânica e de saúde pública com 15, 14, 11, 10 e 10 projetos cadastrados respectivamente.

Com relação aos Departamentos que menos cadastraram projetos nos anos de 2013 e 2014, observa-se que todos os Departamentos apresentaram o mesmo número de projetos cadastrados. O Anexo A mostra que estes Departamentos apresentam apenas 1 projeto cadastrado na Fundação de Apoio estudada. Os Departamentos de ginecologia e obstetrícia, de matemática, de sociologia e ciências sociais e de botânica aparecem tanto na relação do ano de 2013 como na do ano de 2014.

Além desses aparecem, no ano de 2013, como Departamentos com menos projetos cadastrados, os de história, de clínica médica, de biologia celular, de embriologia e genética, de automação e sistemas, de administração, de química, de enfermagem, de análises clínicas e de estudos especializados em educação.

Já no ano de 2014 os seguintes Departamentos apresentaram menos projetos cadastrados: nutrição, ecologia e zoologia, ciências farmacêuticas, psicologia e engenharia do conhecimento.

Tabela 4: Departamentos crescentes e decrescente no cadastro de projetos do ano de 2013 para o ano de 2014

Departamentos crescentes no cadastro de projetos de 2013 para 2014	
Departamento de Estudos Especializados Em Educação	9
Departamento de Saúde Pública	7
Departamento de Engenharia Elétrica	5
Departamento de Metodologia De Ensino	4
Departamento Engenharia de Produção E Sistemas	3
Departamentos decresceram no cadastro de projetos de 2013 para 2014	
Departamento de Engenharia Mecânica	13
Departamento de Engenharia Civil	9
Departamento de Geociências	6
Departamento de Engenharia Rural	4
Departamento de Zootecnia E Desenvolvimento Rural	4

Fonte: elaborado pela autora

A Tabela 4 mostra os Departamentos que aumentaram a quantidade de projetos cadastrados e os que diminuíram esta quantidade do ano de 2013 para o ano de 2014. O Departamento que mais cadastrou projetos foi o de estudos especializados em educação com mais 9 projetos, seguidos dos Departamentos de saúde pública com 7, de engenharia elétrica com 5, de metodologia do ensino com 4 e de engenharia de produção e sistemas com 3 projetos cadastrados.

Já o Departamento que teve maior queda de projetos cadastrados foi o de engenharia mecânica com menos 13 projetos, seguido pelos Departamentos de engenharia civil com 9, de geociência com 6, de zootecnia e desenvolvimento rural e de engenharia rural com 4 projetos cada.

Tabela 5: Total de projetos cadastrados por Centro de Ensino

Projetos por centro de ensino	Projetos cadastrados	
	2013	2014
Centro de Ciência Agrárias	28	16
Centro de Ciências Biológicas	4	11
Centro de Ciências da Educação	5	19
Centro de ciência física e matemática	2	6
Centro de Ciências Jurídicas	0	0
Centro de Ciências da Saúde	14	28
Centro de Comunicação e Expressão	12	16
Centro de Desporto	8	5
Centro de Filosofia e Ciências Humanas	14	6
Centro Socioeconômico	1	3
Centro Tecnológico	76	58

Fonte: elaborado pela autora

Com relação a disposição dos Departamentos por Centro de Ensino, percebe-se que os Centros que mais cadastraram projetos nos anos de 2013 e 2014 foi o tecnológico com 76 projetos cadastrados em 2013 e 58 projetos cadastrados em 2014. O segundo Centro com mais registros de projetos é o de ciências agrárias com 28 projetos em 2013 e 16 em 2014. Em terceiro está o Centro de ciência da saúde com apenas dois projetos a menos que o Centro de ciências agrárias tendo 14 projetos cadastrados em 2013 e 28 em 2014.

Já com relação aos Centros de Ensino menos expressivos temos o Centro socioeconômico com a menor quantidade de projetos cadastrados com 1 em 2013 e 3 em 2014. Na sequência vem o Centro de ciência física e matemática com 2 em 2013 e 6 em 2014 e Centro de desportos com 8 projetos em 2013 e 5 em 2014.

Nota-se também que os Centros de Ensino que mais cadastraram projetos do ano de 2013 para o ano de 2014 foram os de ciências da educação e o de ciências da saúde, que aumentaram em 14 o número de projetos de um ano para outro. Os Centros que mais declinaram no cadastro de projetos do ano de 2013 para o ano de 2014 foram o tecnológico com uma queda de 18 projetos e o de ciências agrárias com um declínio de 12 projetos.

Tabela 6: Projetos voltados para as áreas ambiental, social e sustentável nos anos de 2013 e 2014 por Departamento

Departamento	Ambiental		Social		Sustentável	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Departamento de Administração	-	-	1	-	-	-
Departamento de Análises Clínicas	-	-	-	1	-	-
Departamento de Aquicultura	1	1	-	2	1	1
Departamento de Biologia Celular, Embr. E Genética	-	-	1	1	-	-
Departamento de Clínica Médica	-	-	1	1	-	-
Departamento de Ecologia E Zoologia	2	-	-	1	2	-
Departamento de Educação Física	-	-	2	2	-	-
Departamento de Enfermagem	-	-	1	-	-	-
Departamento de Engenharia Civil	4	-	4	1	2	-
Departamento de Engenharia Elétrica	-	-	1	2	-	-
Departamento de Engenharia Mecânica	1	2	1	-	1	1
Departamento de Engenharia Química e de Alimentos	1	1	-	-	-	-
Departamento de Engenharia Rural	2	-	-	-	-	-
Departamento de Engenharia Sanitária E Ambiental	1	-	1	-	1	-
Departamento de Estudos Spec. Em Educação	-	-	1	5	-	-

Departamento de Expressão Gráfica	-	-	1	-	-	3
Departamento de Fitotecnia	2	1	1	2	2	2
Departamento de Geociências	2	-	3	-	1	-
Departamento de Metodologia De Ensino	-	-	4	1	-	-
Departamento de Microbiologia e Parasitologia	-	1	-	-	-	-
Departamento de Nutrição	-	-	2	1	-	-
Departamento de Odontologia	-	-	1	3	-	-
Departamento de Pediatria	-	-	-	1	-	-
Departamento de Psicologia	-	-	2	-	-	-
Departamento de Química	-	1	-	-	-	1
Departamento de Saúde Pública	-	-	3	8	-	-
Departamento de Serviço Social	-	-	-	1	-	-
Departamento de Sociologia E Ciências Sociais	-	-	-	1	-	-
Departamento de Ginecologia e Obstetrícia	-	-	1	-	-	-
Departamento de Zootecnia E Desenvolvimento Rural	-	-	4	1	2	-
Departamento Engenharia de Produção E Sistemas	-	-	-	1	-	-
TOTAL	16	7	36	36	12	8

Fonte: elaborado pela autora

A Tabela 6 mostra os projetos cadastrados na Fundação de Apoio estudada que apresentaram como características as áreas ambiental, social e sustentável. Percebe-se que no ano de 2013 a área ambiental teve 16 projetos cadastrados e que no ano de 2014 este número caiu para 7 projetos. Com relação a área social, observa-se que no ano de 2013 foram cadastrados 36 projetos e que este número se manteve no ano de 2014. Já com relação aos projetos da área sustentável, no ano de 2013 foram cadastrados 12 projetos e no ano de 2014 somente 8. Desta forma, os projetos cadastrados do ano de 2013 para o ano de 2014 apresentaram uma queda de 9 projetos cadastrados na área ambiental e uma queda de 4 projetos na área sustentável.

No caso de considerar-se as áreas ambiental e sustentável como uma única área, (devido a semelhança que ambas apresentam em seus conceitos) os projetos que foram cadastrados na Fundação de Apoio e classificados em ambas as áreas passariam a somar 28 projetos em 2013 e 15 projetos em 2014. Nesta situação observa-se uma diferença menor no total de projetos cadastrados nos anos de 2013 e 2014 entre estas áreas e a área social.

Ao analisar o cadastro de projetos nas três áreas estudadas, pode-se falar que os Departamentos com mais projetos cadastrados foram os de engenharia civil e saúde

pública com 11 projetos, de fitotecnia com 10 projetos e de zootecnia e desenvolvimento rural com 7 projetos.

Tabela 7: Projetos voltados para a área ambiental nos anos de 2013 e 2014 por Departamento

Departamento	Ambiental	
	2013	2014
Departamento de Aquicultura	1	1
Departamento de Ecologia E Zoologia	2	-
Departamento de Engenharia Civil	4	-
Departamento de Engenharia Mecânica	1	2
Departamento de Engenharia Química e de Alimentos	1	1
Departamento de Engenharia Rural	2	-
Departamento de Engenharia Sanitária E Ambiental	1	-
Departamento de Fitotecnia	2	1
Departamento de Geociências	2	-
Departamento de Microbiologia e Parasitologia	-	1
Departamento de Química	-	1
TOTAL	16	7

Fonte: elaborado pela autora

Levando em consideração apenas a área ambiental os Departamentos de fitotecnia, de aquicultura, de engenharia mecânica, e de engenharia química e de alimentos apresentaram projetos cadastrados tanto no ano de 2013 como no ano de 2014. No ano de 2013 a quantidade de projetos cadastrados destes Departamentos foram de 2, 1,1 e 1 respectivamente. Já no ano de 2014 foram 1,1,2 e 1 respectivamente. Observa-se que o Departamento de fitotecnia diminui de 2 projetos para 1 projeto e que o Departamento de engenharia mecânica aumento de 1 projeto para 2 projetos. Os demais mantiveram a quantidade de 1 projeto para ambos os anos.

Sobre os Departamentos que mais cadastraram projetos nesta área podemos citar no ano de 2013 o de engenharia civil com 4 projetos cadastrados e os de ecologia e zoologia, de engenharia rural, de fitotecnia e de geociências com 2 projetos cadastrados. No ano de 2014 apenas o Departamento de engenharia mecânica cadastrou 2 projetos. Os Departamentos de fitotecnia, de aquicultura, de engenharia química e de alimentos, de microbiologia e parasitologia e de química cadastraram apenas 1 projeto.

Tabela 8: Projetos voltados para a área social nos anos de 2013 e 2014 por Departamento

Departamento	Social	
	2013	2014
Departamento de Administração	1	-
Departamento de Análises Clínicas	-	1
Departamento de Aquicultura	-	2
Departamento de Biologia Celular, Embr. E Genética	1	1
Departamento de Clínica Médica	1	1
Departamento de Ecologia E Zoologia	-	1
Departamento de Educação Física	2	2
Departamento de Enfermagem	1	-
Departamento de Engenharia Civil	4	1
Departamento de Engenharia Elétrica	1	2
Departamento de Engenharia Mecânica	1	-
Departamento de Engenharia Sanitária E Ambiental	1	-
Departamento de Estudos Espec. Em Educação	1	5
Departamento de Expressão Gráfica	1	-
Departamento de Fitotecnia	1	2
Departamento de Geociências	3	-
Departamento de ginecologia e obstetrícia	1	-
Departamento de Metodologia De Ensino	4	1
Departamento de Nutrição	2	1
Departamento de Odontologia	1	3
Departamento de Pediatria	-	1
Departamento de Psicologia	2	-
Departamento de Saúde Pública	3	8
Departamento de Serviço Social	-	1
Departamento de Sociologia E Ciências Sociais	-	1
Departamento de Zootecnia E Desenvolvimento Rural	4	1
Departamento Engenharia de Produção E Sistemas	-	1
TOTAL	36	36

Fonte: elaborado pela autora

Na área social verifica-se que os Departamentos de engenharia civil, de zootecnia e desenvolvimento rural, de metodologia de ensino, de saúde pública, de educação física, de nutrição, de fitotecnia, de estudos espec. de em educação, de odontologia, de engenharia elétrica, de biologia celular, embriologia e genética e de clínica médica apresentaram projetos cadastrados nos anos de 2013 e 2014.

Os Departamentos que apresentaram aumento de projetos cadastrados do ano de 2013 para o ano de 2014 foram os Departamentos de saúde pública com um aumento de

3 para 8 projetos e o de estudos especializados em educação de 1 para 5 projetos. Já os que tiveram maior queda foram os Departamentos de engenharia civil, de zootecnia e desenvolvimento rural e de metodologia de ensino que passaram de 4 projetos cadastrados em 2013 para 1 projeto no ano de 2014. Os Departamentos de educação física, de biologia celular, embriologia e genética e de clínica médica mantiveram o mesmo número de projetos de um ano para outro, sendo de 2,1 e 1 respectivamente.

Os Departamentos que apresentaram maior registro de projetos na área social no ano de 2013 foram os de engenharia civil, de zootecnia e desenvolvimento rural e de metodologia de ensino com 4 projetos cada, e no ano de 2014 foram os Departamentos de saúde pública com 8 projetos e o de estudos especializados em educação com 5 projetos.

Tabela 9: Projetos voltados para a área sustentável nos anos de 2013 e 2014 por Departamento

Departamento	Sustentável	
	2013	2014
Departamento De Aquicultura	1	1
Departamento De Ecologia E Zoologia	2	-
Departamento De Engenharia Civil	2	-
Departamento De Engenharia Mecânica	1	1
Departamento De Engenharia Sanitária E Ambiental	1	-
Departamento De Expressão Gráfica	-	3
Departamento De Fitotecnia	2	2
Departamento De Geociências	1	-
Departamento De Química	-	1
Departamento De Zootecnia E Desenvolvimento Rural	2	-
TOTAL	12	8

Fonte: elaborado pela autora

A Tabela 9 mostra que a área de sustentabilidade teve os Departamentos de fitotecnia, de aquicultura e de engenharia mecânica com o mesmo número de cadastro de projetos em ambos os anos analisados. Foram respectivamente 2,1 e 1 projetos.

Os Departamentos com maior quantidade de projetos cadastrados nesta área em 2013 foram os de fitotecnia, de engenharia civil, de zootecnia e desenvolvimento rural e de ecologia e zoologia com 2 projetos cadastrados. Já no ano de 2014 os Departamentos com mais projetos cadastrados foram os de expressão gráfica com 3 projetos e de fitotecnia com 2 projetos.

Tabela 10: Projetos voltados para as áreas social, ambiental e sustentável nos anos de 2013 e 2014 por Centro de Ensino

Projetos por Centro de Ensino	Ambiental		Social		Sustentável	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Centro de Ciência Agrárias	5	2	5	5	5	3
Centro de Ciências Biológicas	2	1	1	2	2	0
Centro de Ciências da Educação	0	0	5	6	0	0
Centro de ciência física e matemática	0	1	0	0	0	1
Centro de Ciências Jurídicas	0	0	0	0	0	0
Centro de Ciências da Saúde	0	0	9	15	0	0
Centro de Comunicação e Expressão	0	0	1	0	0	3
Centro de Desporto	0	0	2	2	0	0
Centro de Filosofia e Ciências Humanas	2	0	5	1	1	0
Centro Socioeconômico	0	0	1	1	0	0
Centro Tecnológico	7	3	7	4	4	1

Fonte: elaborado pela autora

A Tabela 10 mostra a separação dos projetos voltados para as áreas ambiental, social e sustentável por Centro de Ensino. Percebe-se que os Centros de Ensino com maior quantidade de projetos cadastrados nestas áreas, considerando os anos de 2013 e 2014, são o tecnológico com 26 projetos, o de ciências agrárias com 25 projetos e o de ciências da saúde com 24 projetos. Já os Centros menos expressivos são de ciência física e matemática e socioeconômico com 2 projetos e o de ciências jurídicas sem nenhum projeto cadastrado.

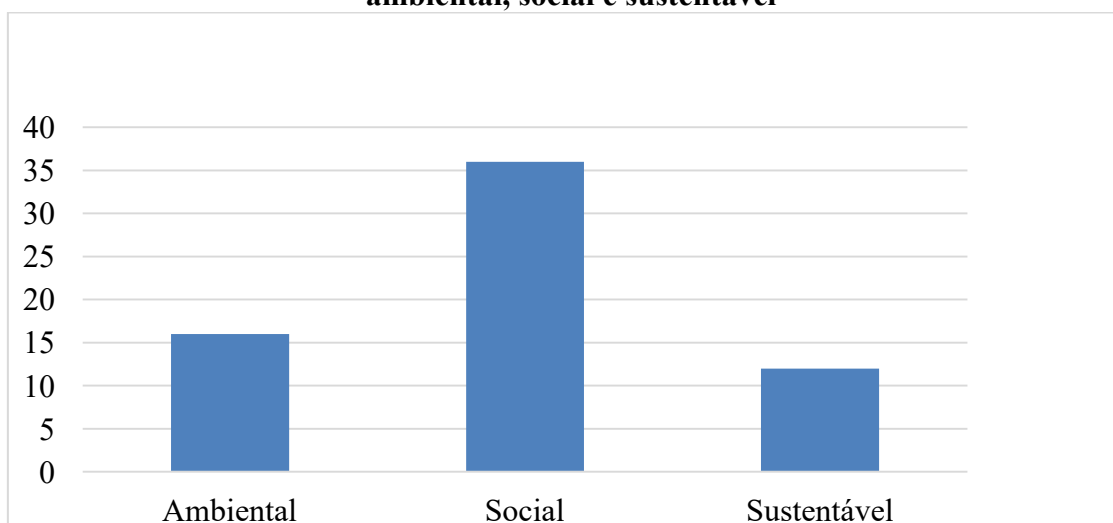
Considerando apenas a área ambiental, no ano de 2013 os Centros com mais projetos cadastrados foram o tecnológico e o de ciências agrarias com 7 e 5 projetos respectivamente. Já os de menor quantidade foram os Centros de ciências biológicas e o de filosofia e ciências humanas com 2 projetos cada um. Os demais Centros não apresentaram projetos cadastrados nesta área. No ano de 2014 os Centros tecnológico e de ciências agrarias continuaram como os Centros com mais projetos cadastrados, só que em menor quantidade quando comparados com o ano de 2013. Foram 3 e 2 respectivamente. Assim como em 2013, apenas outros dois Centros apresentaram projetos cadastrados em 2014, o de ciências biológicas e o de ciência física e matemática com 1 projeto cada.

Na área social destacam-se os Centros de ciência da saúde com 9 projetos cadastrados em 2013 e 15 projetos cadastrados em 2014, o Centro tecnológico com 7

projetos cadastrados em 2013 e 4 em 2014, e o Centro de ciências agrárias com 5 projetos cadastrados em ambos os anos. Além do Centro de ciências jurídicas, o Centro de ciência física e matemática também não apresentou nenhum registro de projeto nesta área.

Por fim, apenas os Centros tecnológico e de ciências agrárias apresentaram registro de projetos cadastrados nos anos de 2013 e 2014 na área sustentável. No ano de 2013 o Centro tecnológico cadastrou 4 projetos e o Centro de ciências agrárias cadastrou 5 projetos. Já no ano de 2014 ambos tiveram uma queda sendo cadastrados 3 e 1 projetos respectivamente. No ano de 2013 cadastraram projetos nesta área também os Centros de ciências biológicas e de filosofia e ciências humanas com 2 e 1 projetos cadastrados respectivamente. No ano de 2014 foram os Centros de ciência física e matemática e de comunicação e expressão que também tiveram projetos cadastrados com a quantidade de 1 e 3 respectivamente.

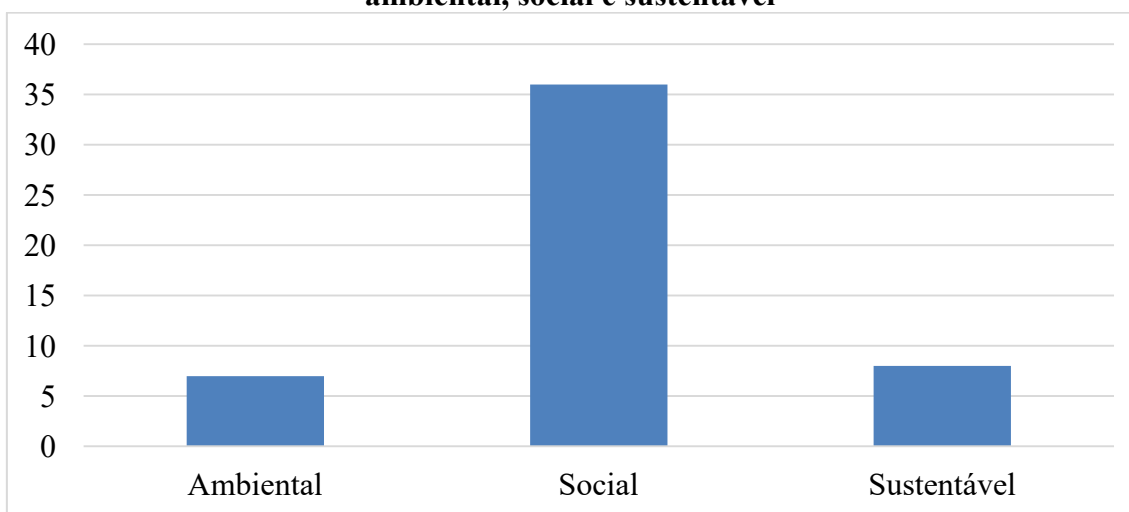
Gráfico 1: Comparação entre os projetos cadastrados em 2013 nas áreas ambiental, social e sustentável



Fonte: elaborado pela autora

Com relação aos projetos que foram cadastrados no ano de 2013 na Fundação de Apoio estudada o Gráfico 1 mostra que a área social apresentou mais projetos cadastrados. Foram mais de 35 projetos no referido ano. Em segundo com mais projetos cadastrados ficou a área ambiental com pouco mais de 15 projetos. Já a área sustentável ficou em terceiro com pouco mais de 10 projetos cadastrados.

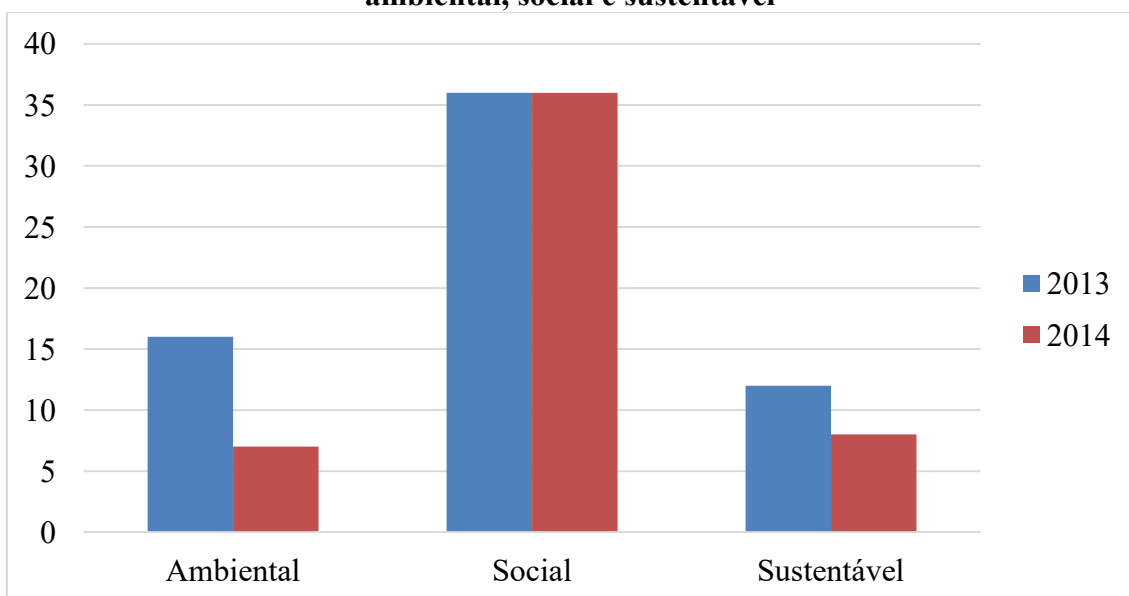
Gráfico 2: Comparação entre os projetos cadastrados em 2014 nas áreas ambiental, social e sustentável



Fonte: elaborado pela autora

O Gráfico 2 mostra que no ano de 2014 houve uma grande disparidade entre os projetos cadastrados. Aqueles da área social apresentaram mais de 35 registros. Já aqueles referentes a área ambiental e sustentável possuíram um pouco mais de 5 projetos cadastrados, sendo que os da área sustentável apresentaram uma quantidade um pouco maior que os da área ambiental.

Gráfico 3: Comparação entre os projetos cadastrados em 2013 e 2014 nas áreas ambiental, social e sustentável



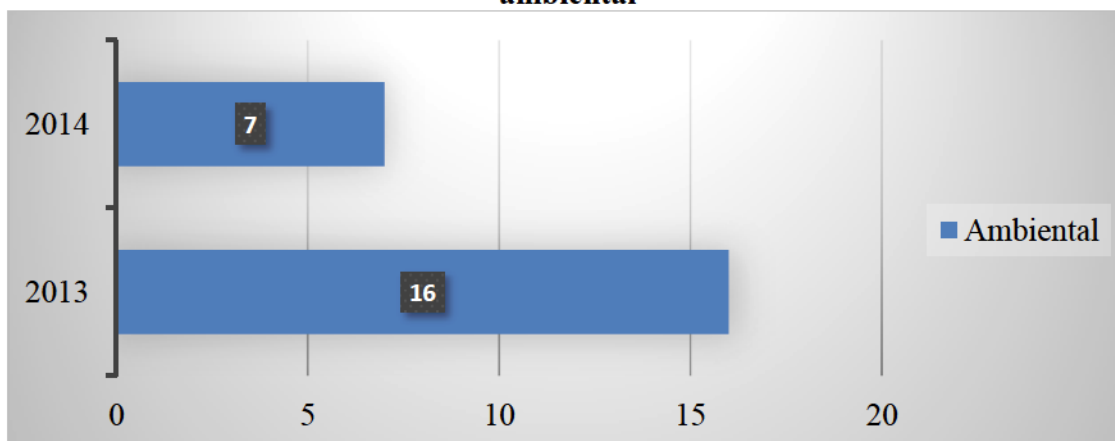
Fonte: elaborado pela autora

Pode-se perceber que, comparando os cadastros de projetos realizados nos anos de 2013 e 2014, a área social apresentou mais registros em ambos os anos. Observa-se

também que em ambos os anos a quantidade de projetos cadastrados foi o mesmo para esta área.

As áreas ambiental e sustentável tiveram uma variação no ano de 2013 para o ano de 2014. Enquanto os projetos cadastrados da área social se mantiveram de um ano para o outro, os projetos destas áreas tiveram uma redução.

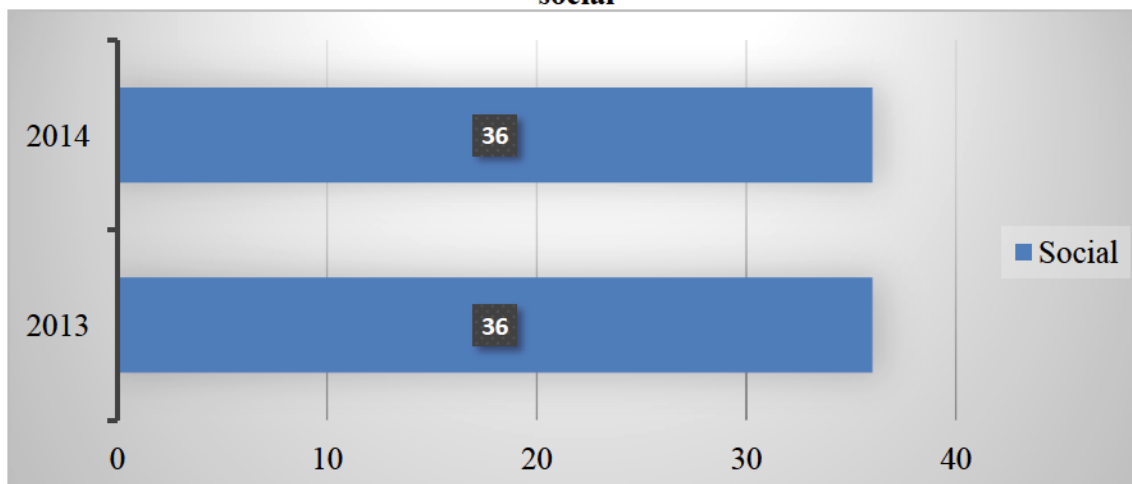
Gráfico 4: Comparação entre os projetos cadastrados em 2013 e 2014 nas área ambiental



Fonte: elaborado pela autora

O Gráfico 4 mostra a diferença na quantidade de registros de projetos na área ambiental na Fundação de Apoio estudada do ano de 2013 para o ano de 2014. Percebe-se que no ano de 2013 foram registrados 16 projetos nesta área e que no ano de 2014 esta quantidade caiu praticamente pela metade, chegando a 7 projetos cadastrados.

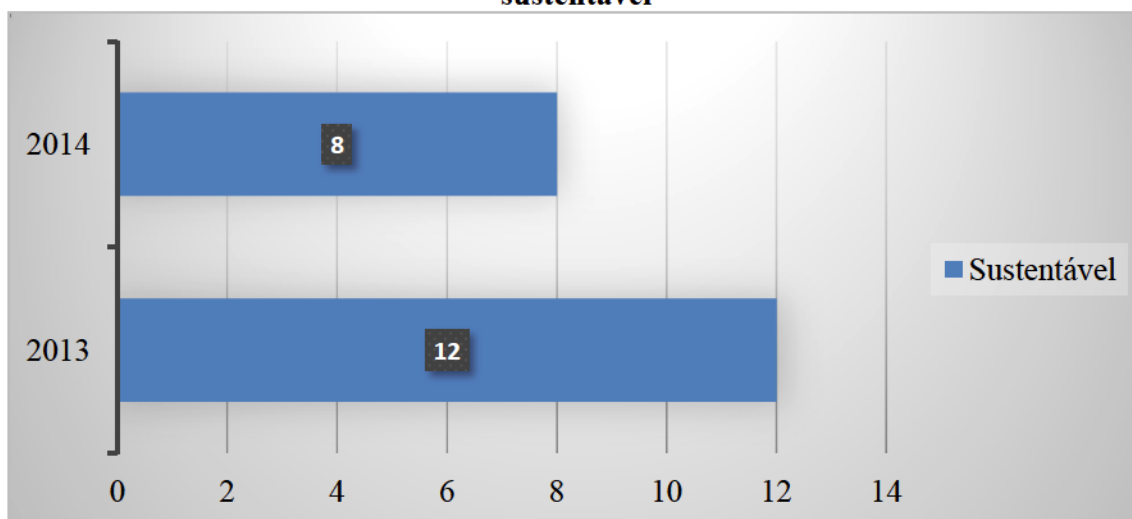
Gráfico 5: Comparação entre os projetos cadastrados em 2013 e 2014 nas área social



Fonte: elaborado pela autora

Ao analisar o Gráfico 5, que mostra a quantidade de projetos cadastrados na área social, percebe-se que a quantidade foi a mesma tanto no ano de 2013 como no ano de 2014. Foram cadastrados 36 projetos. Esta foi a única área que a quantidade de projetos cadastrados se manteve estável na comparação entre os anos estudados.

Gráfico 6: Comparação entre os projetos cadastrados em 2013 e 2014 nas área sustentável



Fonte: elaborado pela autora

Por fim, percebe-se no Gráfico 6 que referente aos projetos cadastrados na área sustentável ocorreu um declínio em registros feitos do ano de 2013 para o ano de 2014. No ano de 2013 esta área apresentou 12 projetos cadastrados enquanto que no ano de 2014 foram 8 projetos cadastrados.

Tabela 11: Proporção de projetos cadastrados nas áreas ambiental, social e sustentável sobre os projetos cadastrados nos anos de 2013 e 2014

Áreas	Porcentagem por ano			
	2013	%	2014	%
Ambiental	16	9,76	7	4,17
Social	36	21,95	36	21,43
Sustentável	12	7,32	8	4,76

Fonte: elaborado pela autora

A Tabela 11 mostra a proporção de projetos cadastrados nas áreas estudadas com relação ao total de projetos cadastrados por Departamento. Pode-se observar que no ano de 2013 a área social apresentou maior proporção de projetos cadastrados quando comparado com as áreas ambiental e social. A porcentagem de registros sobre a quantidade total de projetos foi de 21,95% seguidos de 9,76% e 7,32% respectivamente.

No ano de 2014 a área social se manteve com mais projetos cadastrados. A proporção sobre o total de projetos foi de 21,43%. Observa-se que neste ano a proporção de projetos cadastrados na área sustentável foi um pouco maior que o da área ambiental, sendo de 4,76% e 4,17% respectivamente.

Com relação a proporção de registros do ano de 2013 para o ano de 2014 todas as áreas estudadas declinaram na quantidade de projetos cadastrados. A área social apresentou uma leve queda de 21,95% para 21,43%. A área que apresentou mais queda foi a ambiental que caiu de 9,76% para 4,17% de um ano para o outro. A área sustentável apresentou no ano de 2013 uma proporção de 7,32% e no ano de 2014 4,76%.

4 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

4.1 Conclusões quanto aos objetivos

Quanto ao primeiro objetivo específico que trata de levantar o número de projetos cadastrados em uma Fundação de Apoio de uma IES nos anos de 2013 e 2014, percebe-se que nos anos de 2013 e 2014 foram cadastrados um total de 410 projetos na Fundação de Apoio estudada. Levando-se em conta que esta quantidade é referente a toda a estrutura da Universidade na qual se localiza a referida fundação, pode-se dizer que a comunidade acadêmica está empenhada em elaborar projetos e realizar pesquisas que visam atingir o objetivo das IES.

Na análise realizada apenas sobre os projetos cadastrados pelos Departamentos, percebe-se que nos anos de 2013 e 2014 foram cadastrados um total de 332 projetos. Levando-se em consideração o total de projetos cadastrados pela fundação, pode-se dizer que os Departamentos registraram uma quantidade considerável de projetos pois foram maioria dentro dos setores presentes na IES onde a Fundação de Apoio está localizada.

Apesar desta proporção observa-se que a distribuição destes projetos não é homogênea entre os Departamentos. Em dois anos alguns departamentos não tiveram nenhum registro de projetos cadastrados. Já outros tiveram uma quantidade considerável em ambos os anos.

É necessário que a quantidade de projetos aumentem ou pelo menos mantenham uma certa estabilidade de um ano para o outro. Nesta pesquisa verificou-se que em poucos Departamentos houve aumento significativo de cadastro de projetos. É importante que a comunidade universitária tenha conscientização da importância das pesquisas dentro das Universidades e procurem sempre elaborar mais projetos que possibilitem o desenvolvimento da mesma.

Já a situação que verificou-se sobre o cadastro de projetos por Centro de Ensino foi de grandes quedas nas quantidades de registros de projetos do ano de 2013 para o ano de 2014 ou de aumentos significativos. Deve-se prestar atenção aos Centros que tiveram diminuição no cadastro de projetos, que se mantiveram estáveis ou que não apresentaram nenhum projetos elaborado e cadastrado. É importante para o desenvolvimento também do Centro de Ensino que o mesmo indique que está em

constante processo de construção. Desta forma é necessário que seja observada a necessidade de realizar projetos que retornem conhecimento para a sociedade.

Quanto ao segundo objetivo específico que visa classificar os projetos em ambiental, social e sustentável, e comparar entre os anos de 2013 e 2014 se houve crescimento na quantidade de projetos cadastrados nestas áreas, verificou-se que nos anos de 2013 e 2014 foram cadastrados um total de 115 projetos nas áreas ambiental, social e sustentável. Comparando-se esta quantidade com o total de projetos registrados nos dois anos estudados, verifica-se a pouca quantidade de projetos voltados para as áreas que foram analisadas neste estudo.

Levando em conta que os temas tratados nesta pesquisa estão em debates internacionais que constantemente são divulgados nos meios de comunicação, verifica-se o pouco investimento que estas áreas ainda apresentam dentro da IES onde está localizada a Fundação de Apoio estudada.

Esta situação fica ainda mais crítica quando observa-se o cadastro de projetos por área. A sustentável, que é considerada importante por ser uma forma de manter o que temos nos dias de hoje para as futuras gerações, apresenta apenas 20 projetos cadastrados. A área ambiental, que precisa urgentemente de métodos que possibilitem manter o pouco que ainda sobra, apresenta apenas 23 projetos cadastrados.

Estas duas áreas também foram responsáveis pela queda na quantidade de projetos cadastrados do ano de 2013 para o ano de 2014. Percebeu-se que tanto por Departamento quanto por Centro, o cadastro de projetos principalmente nestas duas áreas está defasado.

Alguns autores falam que pequenas mudanças nas rotinas do dia a dia também fazem a diferença quando se pensa em sustentabilidade ou preservação. Esta é uma boa forma de começar a incluir estes temas nos Departamentos e Centros de Ensino. Pequenas atitudes quando incluídas na formação acadêmica dos cidadãos são repassadas para a sociedade se transformando em bons exemplos para a população.

Com relação a área social percebeu-se que os projetos cadastrados nos anos de 2013 e 2014 mantiveram-se estáveis. Esta estabilidade ocorreu durante ambos os anos em praticamente todos os Departamento e também nos Centros de Ensino. Destacou-se nesta área a Centro de Ciências da Saúde. Houve um crescimento na quantidade de projetos cadastrados de um ano para outro. Visto que o público deste Centro está ligado a atendimentos realizados visando o bem estar e saúde é compreensível que ele tenha uma quantidade considerável de projetos sociais cadastrados.

Apesar disso, deve-se observar que ainda assim é pequeno o cadastro de projetos também nesta área. A população apresenta hoje muitas necessidades. Faltam projetos que visem educar, informar e conscientizar a sociedade sobre como é possível melhorar a situação em que a população se encontra nos dias de hoje.

Com relação ao terceiro objetivo específico que foi o de verificar quais departamentos estão mais envolvidos com o tema em questão, percebeu-se que os departamentos que mais se destacam na elaboração de projetos forma os Departamentos de engenharia civil, de fitotecnia, de saúde pública e de zootecnia e desenvolvimento rural com uma média de 10 projetos cada. Levando em conta o número de departamentos que a IES apresenta, uma média de 10 projetos para apenas quatro departamentos é muito inferior ao que se espera de uma Instituição que deve buscar acompanhar e auxiliar as transformações que a sociedade está passando.

Esta pesquisa mostrou que a Fundação de Apoio estudada não apresenta uma quantidade expressiva de projetos cadastrados nas áreas ambiental, social e sustentável. Isto pode ter ocorrido também devido a presença de outras fundações dentro da IES. Alguns centros apresentam Fundação própria não estando todos os projetos elaborados pela Universidade cadastrados na Fundação de Apoio estudada.

4.2 Sugestões para trabalhos futuros

Alguns centros de ensino apresentam fundação para gerenciar seus projetos elaborados. Desta forma, para verificar se a situação que este estudo apresentou ocorre apenas nesta fundação ou em toda a IES em que ela se localiza, é necessário estudar também as outras fundações desta Instituição. Desta forma, fica a sugestão de ampliar esta pesquisa para as demais fundações para que se tenha um quadro mais amplo de como estes temas estão sendo abordados pela comunidade acadêmica da IES em questão.

É possível também ampliar a pesquisa para todos os setores que constituem a Universidade. Desta forma será analisada de maneira mais ampla a atual situação das pesquisas que englobam as áreas ambiental, social e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ALBERTON, L.; CARVALHO, F. N.; CRISPIM, G. H. **Evidenciação da responsabilidade social/ambiental na perspectiva de um novo contexto empresarial.** Disponível em <<http://nemac.ufsc.br/files/2012/11/2-151.pdf>>. Acesso em 25 Maio 2015.
- ANDRADE, M. G. V. **Organizações do terceiro setor: estratégias para captação de recursos junto às empresas privadas.** Florianópolis, 2002, 146 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas). Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.
- ARAÚJO, G. C.; BUENO, M. P.; SOUZA, A. A.; MENDONÇA P. S. M. **Sustentabilidade Empresarial: Conceito e Indicadores.** Disponível em <http://www.convibra.com.br/2006/artigos/61_pdf.pdf>. Acesso em 25 Maio 2015.
- ASSIS, R. M.; BONIFÁCIO N. A. **A formação docente na universidade: ensino, pesquisa e extensão.** Educação e Fronteiras Online, v.1, n.3, p.36-50, set./dez. 2011.
- BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática.** São Paulo: Saraiva, 2009.
- BOFF, M. L.; ORO, I. M.; BEUREN, I. M. **Gestão ambiental em instituição de ensino superior na visão de seus dirigentes.** Revista de Contabilidade da UFBA. v. 2, n. 1, p. 4-13, jan./abr. 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>, Acesso em 15 Mar. 2015.
- _____. Ministério da Educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12508&Itemid=828>. Acesso em 30 Abr. 2015.
- _____. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em 30 Abr. 2015.
- _____. Lei n. 8.958, de 20 de dezembro de 1994. Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L8958.htm>. Acesso em 30 Abr. 2015.
- _____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em 24 Maio. 2015.

_____. Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19790.htm>. Acesso em 15 Mar. 2015.

_____. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em 15 Mar. 2015.

_____. Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis n^{os} 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm>. Acesso em 15 Mar. 2015.

CHAVES, L. C. C.; FREITAS, C. F.; ENSSLIN, L.; PFITSCHER, E. D.; PETRI, S. M.; ENSSLIN, S. R. **Gestão ambiental e sustentabilidade em instituições de ensino superior**: construção de conhecimento sobre o tema. Revista GUAL, v. 6, n. 2, p. 33-54, abr. 2013.

DUARTE, Wanessa Silva. **A Avaliação da Prática da Responsabilidade Social nas Organizações por meio do Balanço Social**. Disponível em <tcc.bu.ufsc.br/Contabeis283222.pdf>. Acesso em 09 Dez. 2012.

ESTENDER, A. C.; PITTA, T. T. M. **O conceito do desenvolvimento sustentável**. Disponível em <http://www.institutosiegen.com.br/artigos/conceito_desenv_sustent.pdf>. Acesso em 30 Maio 2015.

FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2003.

FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA E EXTENSÃO UNIVRSITÁRIA. **Relatório anual de gestão**. Disponível em <http://www.fapeu.com.br/docs/RELATORIO_ANUAL_DE_GESTAO-FAPEU-2013.pdf>. Acesso em 06 Jun. 2015.

GADOTTI, M. **Agenda 21 e carta de terra**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/60018065/Agenda-21-Carta-Da-Terra-2002-Moacir-Gadoti#scribd>>. Acesso em 30 Maio 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GODOY, M. et al. **Balço Social:** Convergências e Divergências entre os Modelos do IBASE, GRI E Instituto ETHOS. In: I Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, 2007, Florianópolis: UFSC. v. I. p. 25-29.

GOHN, M. G. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais.** Saúde e Sociedade, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2004.

GUIMARÃES, N. A. **Fundações privadas de apoio às instituições de ensino superior-breves considerações.** Disponível em <http://empreende.org.br/pdf/ONG%27s,%20OSCIP%27S%20e%20Terceiro%20Setor/Funda%C3%A7%C3%B5es%20privadas%20de%20apoio%20%C3%A0s%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20ensino%20superi.pdf>. Acesso em 30 Abr. 2015.

GUSMÃO, R. C. M. **Gestão no terceiro setor.** Disponível em <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/2279/2/20152057.pdf>. Acesso em 04 Maio 2015.

KARKOTLI, G. R. **Responsabilidade Social:** uma estratégia empreendedora, 2004, 216 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação Em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

LIMONGI, E.; PFITSCHER, E. D.; SPLITTER K. **Sustentabilidade ambiental:** estudo em uma indústria de pecados. Revista em Agronegócios e Meio Ambiente, v.6, n.1, p. 135-154, jan./abr. 2013.

LISBOA, A. **Terceiro Setor.** In: CATTANI, A. D. (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

LUIZ, L. C.; RAU, K.; FREITAS, C. L.; PFITSCHER, E. D. **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e práticas de sustentabilidade:** estudo aplicado em um instituto federal de educação, ciência e tecnologia. Administração Pública e Gestão Social, v. 5, n. 2, p. 52-62, abr./jun. 2013.

MAGALHÃES, F. C. **Responsabilidade social.** Disponível em: http://www.sfiec.org.br/artigos/social/responsabilidade_social.htm. Acesso em 07 nov. 2012.

MIGLIATO, A. L. T.; *et al.* **Manual para elaboração do trabalho de curso.** São Paulo: PUC de Campinas, 2010. Disponível em <https://www.puc-campinas.edu.br/midia/arquivos/2012/mai/admmanualtrabalhocursoadm.pdf>. Acesso em 05 de Jun. 2015.

NUNES, A. **Terceiro setor:** controle e fiscalização. 2. ed. São Paulo: Método, 2006.

PAIVA, K. S. E. **Utilização de instrumento de gestão contábil-financeira em organização do terceiro setor:** um estudo em entidades assistenciais de Florianópolis, 2007, 94p. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

PAIVA, K. S. E.; LAFFIN, M. **Terceiro setor e contabilidade**: compilações de uma pesquisa. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 1, n. 1, p. 11-28, jan./jun. 2004.

PAES, J. E. S. **Fundações e entidades de interesse social**: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários. 5. ed. Brasília: Editora Brasília Jurídica, 2004.

PANCERI, R. **Terceiro setor**: a identificação das competências essenciais dos gestores de uma organização sem fins lucrativos. 2001. 266 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M.; **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In BEUREN, Ilse Maria (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, J. C. **O papel das fundações de apoio no contexto das universidades públicas no Brasil**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11646>. Acesso em 30 Abr. 2015.

RODRIGUES, L. M. **Responsabilidade Social do Bradesco Demonstrado por meio dos Indicadores dos balanços Sociais Modelo IBASE de 2001 a 2010**. Disponível em <tcc.bu.ufsc.br/Contabeis304399.pdf>. Acesso em 09 Dez. 2012.

ROLÍN, B. **Responsabilidade Socioambiental**: Um Estudo de Caso em um Hospital da República Oriental do Uruguai. Disponível em <tcc.bu.ufsc.br/Contabeis284308.pdf>. Acesso em 09 Dez. 2012.

ROMEIRO, A. R. **Desenvolvimento sustentável e mudança institucional**: notas preliminares. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/publicacoes/textos/t68.html>>. Acesso em 20 Maio 2015.

SANTOS, B.S. (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS. **Sustentabilidade**. Disponível em <[file:///C:/Users/Paulo%20Roberto/Downloads/Sustentabilidade%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Paulo%20Roberto/Downloads/Sustentabilidade%20(1).pdf)>. Acesso em 20/05/2015.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, C. E. G. **Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro**: uma perspectiva histórica. Revista de Administração Pública, v.44, n.6, p. 1301-1325, nov./dec. 2010.

SILVA, D. B. **Sustentabilidade no Agronegócio**: dimensões econômica, social e ambiental. Revista Internacional de Ciências Sociais Aplicadas, v. 01, n. 03, p. 23-34, jul./dez. 2012.

SILVA, M. G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético - político ao serviço social. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SILVEIRA, D. **Fundações de apoio**: uma análise da contribuição de suas atividades para as funções da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em <<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/1CCF/20090727154355.pdf>> Acesso em 25 Maio. 2015.

SILVEIRA, M. L. G.; PFITSCHER, E. D. P. **Sustentabilidade ambiental analisada da parte de uma empresa do setor elétrico**. Revista em Agronegócios e Meio Ambiente, v.5, n.1, p. 163-189, jan./abr. 2012.

TACHIZAWA, T. **Organizações não governamentais e terceiro setor**: criação de ONGs e estratégias de atuação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Informações sobre a estrutura da UFSC**. Disponível em <<http://estrutura.ufsc.br/>>. Acesso em 06 Jun. 2015.

URNAU, C. R. **Proposta de planejamento de auditoria para fundação de apoio**. Disponível em <<http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis296121.PDF>> Acesso em 15 Mar. 2015.

ANEXOS

Anexo A: Departamentos com menos projetos cadastrados nos anos de 2013 e 2014.

Departamentos com menos projetos cadastrados	2013
Departamento de Estudos Especializados Em Educação	1
Departamento de Análises Clínicas	1
Departamento de Enfermagem	1
Departamento de Química	1
Departamento de Administração	1
Departamento de Automação E Sistemas	1
Departamento de Biologia Celular, Embriologia E Genética	1
Departamento de Clínica Médica	1
Departamento de História	1
Departamento de Botânica	1
Departamento de Matemática	1
Departamento de Sociologia E Ciências Sociais	1
Departamento de Ginecologia e Obstetrícia	1
Departamento de Filosofia	1
Departamentos com menos projetos cadastrados	2014
Departamento de Engenharia Do Conhecimento	1
Departamento de Psicologia	1
Departamento de Ciências Farmacêuticas	1
Departamento de Ecologia E Zoologia	1
Departamento de Nutrição	1
Departamento de Botânica	1
Departamento de Matemática	1
Departamento de Sociologia E Ciências Sociais	1
Departamento de Ginecologia e Obstetrícia	1
Coordenadoria de Fonoaudiologia	1
Departamento de Artes e Libras	1
Departamento de Bioquímica	1
Departamento de Ciência da Informação	1
Departamento de Ciências Fisiológicas	1
Departamento de Pediatria	1
Departamento de Serviço Social	1

Anexo B: Autorização para utilizar as informações da Fundação de Apoio estudada.



Para: Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária

Aos cuidados do superintendente: Senhor Gilberto Vieira Ângelo

Senhor Gilberto, venho respeitosamente por meio deste solicitar que minha orientanda, a acadêmica Thays Isabel Silva, tenha acesso aos projetos cadastrados pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU, no período de 2013/2012.

O objetivo é elaborar um artigo para posterior validação como Trabalho de Conclusão de Curso – TCC no curso de Ciências Contábeis.

Sendo que as informações necessárias para a realização da pesquisa são o número total de projetos novos cadastrados no período e a área de atuação dos mesmos. Informações sobre valores e participantes envolvidos não são necessárias, pois o artigo busca identificar o número total de projetos novos cadastrados no período e o percentual destes relacionados a projetos com escopo focado na área de sustentabilidade.

Grata pela atenção.

Florianópolis, 24 de abril de 2014.

Autorizo.
Em 6/5/2014

Gilberto Vieira Ângelo
RG: 122.899-4 SSP/SC
CPF: 179.758.409-04
Superintendente/FAPEU

Elisete Dahmer Pfitscher
Prof. Dra. Elisete Dahmer Pfitscher
Diretora do Centro Sócio-Econômico
UFSC